



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**Instituto Universitário de Ciências Religiosas**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS**

**Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica**

**PAULO JORGE ANTUNES GOMES**

## **Dignidade da Vida Humana**

**Contributo teológico, pedagógico e didático para a unidade letiva 1 do programa de Educação Moral e Religiosa Católica do 9º ano de escolaridade**

**Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada  
sob orientação de:  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Pereira Varanda**

**Braga**

**2016**

*“No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade.  
Quando uma coisa tem preço, pode pôr-se, em vez dela,  
qualquer outra coisa como equivalente;  
mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto  
não permite equivalente, então ela tem dignidade.”*

**Immanuel Kant**

## ÍNDICE

SIGLÁRIO	5
INTRODUÇÃO	6
<b>CAPITULO I – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA NA SOCIEDADE ATUAL</b>	8
<b>1. A sociedade do século XXI</b>	9
<i>1.1. A crise de identidade e de valores na atual sociedade</i>	10
<i>1.2 Alguns atentados à vida e à sua dignidade</i>	16
<b>2. Desafios da sociedade: a cultura do encontro na perspectiva do Papa Francisco</b>	19
<b>3. Síntese</b>	22
<b>CAPITULO II – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS</b>	23
<b>1. Enquadramento histórico sobre a dignidade humana</b>	23
<b>2. Conceito de dignidade</b>	26
<b>3. A perspectiva da Igreja Católica sobre a dignidade e inviolabilidade da vida humana</b>	30
<b>4. O contributo de EMRC para a construção dos direitos humanos</b>	33
<b>5. Síntese</b>	36
<b>CAPITULO III – ABORDAGEM PEDAGÓGICA E DIDÁTICA DA UNIDADE LETIVA “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA”</b>	37
<b>1. A educação como tarefa fundamental da sociedade</b>	37
<b>2. EMRC: um desafio à docência</b>	41
<i>2. 1. A disciplina de EMRC no contexto escolar</i>	43
<i>2. 2. O perfil do professor de EMRC</i>	46

<b>3. Pedagogia e didática da Unidade Letiva “A Dignidade da vida humana” do 9º ano de escolaridade</b>	49
3. 1. <i>Contextualização programática da Unidade Letiva</i>	49
3. 2. <i>Descrição contextualizada da turma de intervenção</i>	50
3. 3. <i>Planificação da Unidade Letiva</i>	53
3. 4. <i>Síntese e avaliação da prática letiva</i>	58
<b>CONCLUSÃO</b>	69
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	70
<b>ANEXOS</b>	79

## **Siglário**

CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CIC	Código de Direito Canónico
EU	União Europeia
EDUCRIS	Comissão Episcopal da Educação Cristã e Doutrina da Fé
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
PES	Prática de Ensino Supervisionada
Mt	Evangelho de Mateus
1Cor	Evangelho dos Coríntios
Rom	Evangelho dos Romanos
Sir	Evangelho Ben Sira

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre o princípio da dignidade da vida humana é, simultaneamente, uma tarefa difícil, complexa e problemática, pelas inúmeras questões que nos vão surgindo e por ser um conceito em constante desenvolvimento e aperfeiçoamento, mas também necessário, urgente e oportuno, numa altura em que surgem cada vez mais notícias que põe em causa este princípio. Não se trata de uma reflexão precipitada ou imponderada, pelo contrário, trata-se de uma reflexão que foi amadurecendo ao longo do tempo à medida que nos víamos confrontados com constantes atentados e atrocidades humanas que põem em causa a dignidade humana. Estes problemas sociais da contemporaneidade todos os dias entram em nossas casas e por isso merecem uma atenção especial e prioritária, sendo urgente encontrar sinais de esperança para um caminho mais justo e digno, despertando os jovens para o valor da vida. Partindo deste pressuposto, é de todo pertinente elaborar uma reflexão científica, teológica, pedagógica e didática da unidade letiva 1 – “a dignidade da vida humana”. Esta abordagem decorre da Prática de Ensino Supervisionada, realizada no âmbito do Mestrado em Ciências Religiosas, especialização em ensino de Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), resultante da experiência letiva numa turma do nono ano de escolaridade, no Agrupamento de Escolas Francisco Sanches, no cumprimento da PES.

A Prática de Ensino Supervisionada (PES) é constituída por duas partes distintas: a primeira consiste numa prática de ensino supervisionada pelo docente coordenador (da Faculdade de Teologia), contando também com a colaboração dos docentes das escolas cooperantes; a segunda parte é constituída pela realização individual de um relatório final da prática de ensino supervisionada, que deverá conter toda a fundamentação teórica apreendida no decurso das aulas nas mais diversas áreas: ciências da educação, filosofia e teologia.

Antes de mais convém deixar claro que com este relatório pretende-se fornecer um contributo para tornar mais compreensível a importância da valorização da vida, subjacente à unidade letiva 1 do Programa de EMRC – “a dignidade da vida humana”. Neste sentido, o presente relatório visa fazer uma exposição sobre o valor da dignidade humana, à luz do pensamento cristão. Subjacentes à sua elaboração estão os seguintes objetivos: analisar a atual crise de identidade e de valores da atual sociedade, resultante do fenómeno da secularização; conhecer a perspetiva da Igreja Católica sobre a inviolabilidade da vida humana, demonstrar o papel da educação como contributo

essencial para a formação do ser humano e contextualizar e compreender a disciplina de EMRC no contexto escolar e a sua contribuição para uma educação voltada para os direitos humanos.

No que se refere ao percurso metodológico, optou-se essencialmente pelo método analítico-reflexivo, que passou pela pesquisa, estudo e análise de bibliografia referente à temática em questão.

Com vista atingir os objetivos propostos, e partindo do referencial bibliográfico estabelecido, o presente relatório apresenta-se estruturado em três capítulos fundamentais.

O primeiro, “a vida humana: um valor supremo”, veremos a situação que vive a sociedade contemporânea, nomeadamente as transformações ocorridas que desencadearam uma crise de valores, fazendo também uma retrospectiva histórica dos mesmos de modo a perceber se a atual crise que se vive é um fenómeno exclusivo da contemporaneidade; falar-se-á também de alguns atentados à vida e à sua dignidade e o desafio que se coloca à sociedade com a cultura do encontro.

O segundo capítulo, “dignidade da vida humana e os direitos humanos”, propõe-se fazer um enquadramento teórico sobre o princípio da dignidade humana desde a Antiguidade Clássica até aos nossos dias; explanar as ideias subjacentes ao conceito de dignidade; analisar a perspectiva e o pensamento da Igreja Católica relativamente à inviolabilidade da vida humana, bem como o contributo da disciplina de EMRC para a educação e promoção dos direitos humanos.

O terceiro e último capítulo, intitulado “abordagem pedagógica e didática da unidade letiva a dignidade da vida humana” centra-se no contexto da lecionação da PES, no qual se aborda a importância e o papel da educação na sociedade; de que forma a educação para a cidadania e os direitos humanos se concretiza na disciplina de EMRC e qual o perfil que o professor deve possuir para lecionar a referida disciplina; dar-se-á também a conhecer os conteúdos programáticos da unidade letiva em estudo; a descrição contextualizada da turma de intervenção; a planificação da unidade letiva e a respetiva síntese e avaliação do percurso pedagógico percorrido durante a prática letiva.

O relatório culmina com a apresentação de uma extensa bibliografia, dividida em documentos do Magistério da Igreja, Legislação e bibliografia complementar.

## CAPITULO I – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA NA SOCIEDADE ATUAL

Antes de iniciar este capítulo convém deixar claro que não é nossa pretensão fazer história dos valores e do pensamento da sociedade, mas dar um contributo para tornar mais compreensível o ambiente em que vivemos subjacente ao pensamento de *conhecer para agir*.

A revisão da literatura apresenta-se como uma tarefa imprescindível para a elaboração de qualquer trabalho científico. Ao realizarmos uma investigação devemos ter sempre em linha de consideração a necessidade deste enquadramento para a qualidade do projeto e da pesquisa. O passo seguinte consiste em definir um quadro teórico que nos permita destacar os aspetos mais relevantes de modo a obter uma panorâmica englobante e simultaneamente esclarecedora.

A pesquisa bibliográfica e a análise documental permitem uma melhor compreensão do fenómeno em estudo, possibilitando a sua definição conceptual. Albarello refere que “ fala-se de pesquisa bibliográfica quando se trata de descobrir textos (...) sem omitir uma referência essencial, mas sem se deixar submergir pelo que não tem interesse”<sup>1</sup>. A pesquisa documental assume-se como a passagem do testemunho, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos.<sup>2</sup>

Direcionando a atenção para o tema que se pretende abordar nesta reflexão, considera-se pertinente analisar primeiramente a dignidade da vida humana na sociedade atual. Deste modo, há que estabelecer um quadro conceptual em que se evidenciem as características da sociedade do século XXI, em particular a crise de identidade e de valores da atual sociedade e alguns atentados à vida e à sua dignidade, e finalmente, indagar sobre os desafios colocados à sociedade – a cultura do encontro na perspetiva do atual chefe da Igreja Católica, o Papa Francisco.

Assim, o estado da arte teórica está estruturado em duas etapas fundamentais que nos parecem mais relevantes para esta tarefa analisados sempre numa perspetiva cristã:

- 1) A sociedade do século XXI
- 2) Desafios da sociedade: a cultura do encontro na perspetiva do Papa Francisco.

---

<sup>1</sup> Luc ALBARELLO, et. all.,( 2005), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações, p.32.

<sup>2</sup> Hermano CARMO e Manuela Malheiro FERREIRA (1998), *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta, p. 59.

## 1. A sociedade do século XXI

*“Decerto, uma coisa é o progresso científico e técnico, outra é o progresso moral.”*

*Norberto Bobbio<sup>3</sup>*

Refletir sobre a sociedade atual em si já é difícil, problemático, pelas inúmeras questões que nos vão aparecendo, pelo que ainda o é mais escrever acerca da situação da sociedade contemporânea.

A contemporaneidade trouxe consigo inúmeras transformações sociais, económicas, tecnológicas, geográficas e políticas à escala mundial, com evidentes implicações no modo de ser e agir do ser humano. No entanto, tais transformações são simultaneamente positivas e negativas. Como transformações negativas destaca-se a produção de um contexto marcado pelo transitório, o fugaz, o efêmero, a fluidez, o paradoxal, a incerteza. Estas consequências negativas fizeram-se sentir particularmente no ser humano, nomeadamente no “ individualismo, a crise da fé, a solidão, a impotência face à situação socioeconómica, a pobreza, a precaridade laboral, a crise demográfica, as dificuldades educativas, a forma como os mais velhos são tratados, a violência, a difusão de um mal-estar afetivo, a pornografia, a comercialização do corpo, o uso distorcido da internet e a prostituição”<sup>4</sup>.

No entanto, hoje assiste-se a um mundo cada vez mais individualista que se traduz no consumo desenfreado de bens, um consumo cada vez mais individualizado e não familiar caracterizado segundo uma lógica de satisfação pessoal e de divertimento. A mercantilização, o consumo desenfreado, a exacerbação, a dependência das novas tecnologias e aquisição de novos produtos são a tónica dominante da sociedade atual.

Com efeito, por razões de ordem económica e financeira, estamos a viver um período de crise que é a característica predominante da nossa época. No entanto, existe uma crise muito mais profunda e grave que acompanha a cultura moderna até aos nossos dias – o sentido do ser humano no mundo. Assiste-se a profundas mudanças de mentalidades sobretudo à falta de valores e de referências cristãs, em que o catolicismo tem uma influência cada vez menor na sociedade. Segundo Manuel Barbosa, a degradação dos vínculos cívicos, desenvolvimento de condutas *insolidárias*, propagação

---

<sup>3</sup> [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2750/1/CIES-WP103\\_Queiroz.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2750/1/CIES-WP103_Queiroz.pdf)

<sup>4</sup> Cf. SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, “*Relatio Synodi* da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos em 18 de outubro de 2014”, in *Lumen – Revista de Documentação e Reflexão Pastoral*, Ano 75, nº6 (2014) nº5.

da intolerância, aprofundamento das desigualdades, multiplicação da injustiça, negação do usufruto dos direitos, incapacidade de conviver com a diferença, são alguns dos problemas que podem ajudar ao enfraquecimento da cidadania e que se apresentam mais como sistémicos e globais que particulares e locais.<sup>5</sup>

Assim e com o intuito de esboçar um retrato da sociedade atual, iremos de seguida analisar as diversas mudanças antropológicas que estão na origem da crise de identidade e de valores que se verifica nos nossos dias, concretamente a secularização, tal como alguns atentados à vida e à sua dignidade. Desta análise tentaremos encontrar as soluções e os desafios com que a sociedade se depara, à luz da cultura do encontro segundo a perspetiva do Papa Francisco.

### *1.1. A crise de identidade e de valores na atual sociedade ocidental*

É frequente a ideia de que a sociedade atual atravessa uma crise generalizada. Na Carta Encíclica *Redemptor Hominis* publicada em 1979, João Paulo II caracteriza a sociedade de hoje, particularmente a situação do homem como muito díspar, resultado de “causas históricas, mas também de uma forte ressonância ética”<sup>6</sup>. Múltiplas e diversificadas são as análises aos fenómenos de mutação que ocorrem a diferentes níveis como a crise de valores. Este é um tema que tem sido abordado e muito discutido na atualidade. Mas o que é um valor? “A palavra valor é difícil de definir, pois oscila entre o facto e o direito, entre o que se deseja e o que é desejável... o termo valor designará indistintamente quer as normas ou regras, quer os princípios, quer as interpretações desses princípios”.<sup>7</sup> O Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa diz que valor é aquilo que é valioso, que tem grande interesse e que é de grande qualidade.<sup>8</sup> Dado ser um conceito polissémico, muitas mais definições haveria a considerar, no entanto, a ideia a reter é a de que se trata de algo que orienta as ações humanas. Porém, este facto é muitas vezes ignorado em diversas situações diárias em prol de interesses particulares.

Os valores que orientam o ser humano na contemporaneidade distanciam-se, e muito, dos valores de outrora, pelo que é frequente ouvirmos expressões como “é necessário recuperar os valores de antigamente” que durante um longo período da

---

<sup>5</sup> BARBOSA, Manuel (2006), *Educação e cidadania. Renovação da Pedagogia*, Amarante, Ágora, p. 9.

<sup>6</sup> JOÃO PAULO II (1979), Encíclica *Redemptor Hominis*, 1ª Carta Encíclica, Editorial A.O., Braga.

<sup>7</sup> Júlio VAZ DE ANDRADE (1992), *Os valores na formação pessoal e social*, Texto Editora, Lisboa, p. 23.

<sup>8</sup> Ramiro MARQUES (2003), *Valores éticos e Cidadania na Escola*, Editorial Presença, Lisboa, p. 15.

história estiveram dependentes de uma religiosidade que acompanhava o ser humano desde o nascimento até à morte.

No entanto, com o decorrer dos tempos, o ser humano foi-se distanciando da religião, questionando o sentido da vida e procurando novas orientações. O mundo dos valores tem sofrido inúmeras transformações, pois se por um lado alguns atravessaram o tempo, outros foram colocados em causa chegando mesmo a deixar de existir. Deste modo, podemos dizer que os valores não são estáticos nem imutáveis, estão condicionados a cada época e aquilo que é valorizado pela sociedade.

Ao longo da história muitas têm sido as transformações a que a religião cristã tem estado sujeita, no entanto, apenas serão consideradas, dada a sua relevância para este trabalho, três grandes fases. A primeira fase decorreu desde o século I até ao século IV e caracterizou-se pelo facto de qualquer individuo poder tornar-se cristão. A segunda durou cerca de dezasseis séculos e correspondeu ao apogeu do cristianismo em que ser cristão era um dado adquirido, isto é, todos nasciam cristãos e ninguém o podia deixar de ser. A terceira fase está balizada após a revolução francesa (1789) e o aparecimento das ideias laicas. Caracteriza-se pela ausência de ser cristão, privilegiavam-se outros valores como a liberdade, a justiça social e a igualdade. O século XIX encarna precisamente estes ideais após a constatação de Nietzsche de que “Deus está morto”, esta ideia trouxe consigo um novo conceito de espiritualidade sem Deus e de sagrado sem religião e sem igrejas. Tudo isto desembocou no anticlericalismo e no anticristianismo<sup>9</sup>.

O filósofo Gilles Lipovetsky também considera que os valores morais passaram por três fases distintas, a saber: a primeira destaca a sua dependência face à religião, a segunda caracteriza-se pela separação entre religião e valores morais, advogando que todo o ser humano pode possuir uma vida moral sem ter que estar subordinado à religião. A terceira e última fase designa-se por sociedade “pós-moralista” que, na opinião do referido autor é “aquela que estimula mais os desejos, o ego, a futilidade, o bem-estar individual, do que o ideal de abnegação”<sup>10</sup>. No entanto, isto não quer dizer que se tenham abandonado totalmente os valores, eles continuam a estar presentes nas nossas vidas, a prova disso são os vários debates, discussões, conferências e publicações que se têm gerado e continuam a gerar em torno desta temática. A sociedade necessita

---

<sup>9</sup> António José SARAIVA (1983), *A cultura em Portugal II – Primeira Época: A Formação*, p. 172.

<sup>10</sup> Gilles LIPOVETSKY, (2010), *A Cultura-Mundo. Resposta a uma Sociedade Desorientada*, Lisboa, Ed.70, p. 31.

de conhecer os valores, de os debater, de modo a poder mobilizá-los nas suas ações diárias, porque “a crise de identidade e a ausência de sentido de continuidade histórica explica o aparecimento do fenómeno de “falta de sentido” que numerosos estudos atribuem à época actual”.<sup>11</sup>

Atualmente vive-se uma época de grandes contradições. Se por um lado, reina um exacerbado individualismo, a busca da futilidade isenta de moral e de deveres, um pluralismo religioso, em que o individuo não estando “preso” a uma única aceção religiosa procura respostas para o sentido da vida e novas orientações, é um tempo em que não se reconhece Deus como único e vital para as nossas vidas; por outro é tempo de recomposição de crenças, de abertura por parte da Igreja a novas realidades, de acolhimento, de novas formas de suscitação da fé, de uma nova evangelização.

De acordo com os Bispos portugueses este tipo de situações encontra justificação na falta de “padrões éticos de valores (...), na linha da nossa tradição cultural”, seguindo a sociedade “as regras inspiradoras dos comportamentos, as próprias leis e o sentido global da vida individual e comunitária (...) ao sabor de critérios imediatistas e pragmáticos”<sup>12</sup>. Ora este tipo de critérios revelam-se manifestamente contrários à doutrina cristã, marcando uma clara rutura com a cultura tradicional. Assim, constatamos que o catolicismo deixou de ser a força motriz, a referência da sociedade, para dar lugar a uma fé individual e a um certo ateísmo.

Posto isto, parece-nos seguro afirmar que estamos perante uma mudança social que acarretou uma série de consequências negativas ao nível dos valores, sendo que a responsabilidade desta situação é atribuída à separação entre a religião e os valores. Esta mudança despoletou um processo denominado de secularização.

A secularização, segundo Giacomo Marramao, é um dos principais *topos* do debate político, ético e filosófico contemporâneo<sup>13</sup>, sendo um vocábulo que não é unívoco, pelo contrário, polissémico e multifacetado. A palavra secularização deriva de *saecularis* e *saeculum*, que significa “século, longa duração”<sup>14</sup>, porém, adquiriu também o significado de “mundo”, “a vida do mundo” e “o espírito do mundo”, sendo a partir daí que se chegou ao significado da palavra “secularização”. Este termo remonta ao século XVIII, sendo usado como significado de abandono da vida religiosa, ou ainda

---

<sup>11</sup> Juan TEDESCO (2000), *O novo pacto educativo*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia, p. 49.

<sup>12</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2001), *Crise de Sociedade, Crise de Civilização*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, nº2.

<sup>13</sup> Apud. Fernando CATROGA (2010), *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, Almedina, Lisboa, p. 47.

<sup>14</sup> *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1974), vol.16, Lisboa: Editorial Verbo, p. 1643.

como “processo de passagem do sacro ao profano e do religioso ao mundano e de consagrado ao desconsagrado de pessoas”<sup>15</sup>), isto é, a apropriação pelo “mundo” de bens pertencentes à Igreja.

Para Reinhart Koselleck, a secularização “resultou do diálogo entre a herança greco-romana e o cristianismo, legado que o direito canónico virá a recolher, para denotar a separação entre o estado do clero e o dos fiéis seculares ou leigos”<sup>16</sup> enquanto para Casanova, “ (...) resulta da reforma protestante, da constituição dos estados modernos, do desenvolvimento do capitalismo e da primeira revolução científica, no início da Idade Moderna”<sup>17</sup>.

Basílio Teles e Bruno Sampaio<sup>18</sup> advogam que “a secularização é um movimento antitético e dialético em relação ao paradigma vigente até ao século XVIII que, como o caracterizou Ernst Cassierer, era orientado pelo lema ‘um rei, uma lei, uma fé’<sup>19</sup>.

Mas segundo Vítor Neto, o conceito de secularização contemplava outros significados, nomeadamente a distinção entre o tempo presente do religioso, divino e espiritual, particularmente “o mundo temporal oposto à sociedade religiosa”, designação que se manteve até à Idade Média<sup>20</sup>. A partir daí, o conceito de secularização obteve um sentido jurídico, sendo usado para referir a apropriação dos bens eclesiásticos pelo poder civil. Existia ainda a designação aplicada pela instituição eclesiástica para demarcar o clero regular do clero secular.

Deste modo, o termo secularização encerra em si uma diversidade de significados, porém, apenas nos focaremos naquele que para Vítor Neto, diz respeito “à autonomia da sociedade civil em relação à Igreja”<sup>21</sup>. Podemos caracterizar este conceito como um processo de descentralização da religião, deixando de ser o elemento primordial para a formação de uma sociedade. Esta teoria moderna baseia-se num novo modo de viver e de procura de valores, claramente contrários aos valores e crenças tradicionais instituídos pela Igreja Católica. A secularização pode, neste sentido, ser

---

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> Fernando CATROGA (2006), *Entre Deuses e Césares*, Almedina, p. 48.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 48-49.

<sup>18</sup> CF. Basílio TELES, Bruno SAMPAIO (1995), *Percursos da Secularização em Portugal: Basílio Teles e Sampaio Bruno*, in revista *Nova Renascença*, Porto, p. 59.

<sup>19</sup> Ernst CASSIERER (1966), *La Philosophie des Lumières*, Trad. Francesa, Paris, p.64, in TELES Basílio, SAMPAIO Bruno (1995) *Percursos da Secularização em Portugal: Basílio Teles e Sampaio Bruno*, in revista *Nova Renascença*, Porto, p. 59.

<sup>20</sup> Vítor NETO (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa: INCM, p. 219-220.

<sup>21</sup> *Ibidem*.

analisada como a autonomia do profano com evidentes retrocessos ao nível das crenças e princípios religiosos. Para o referido autor “a interpretação do vocábulo ia levando a uma oposição entre o religioso entendido como dominante e necessário ao passado, e o secular, que surgia como o ponto de chegada da evolução intelectual e moral da humanidade” logo esta interpretação “acabaria por se tornar sinónimo de laicização e de laicismo”.<sup>22</sup>

Este é, portanto, um conceito problemático na medida em que exprime “a existência de uma tensão permanente entre as instâncias religiosas e a vida social”.<sup>23</sup> A nível institucional, esta tensão significa a perda da hegemonia por parte da Igreja na formação da sociedade. O que é facto é que esta secularização desencadeou na modernidade, novos valores e novas interpretações de valores já consagrados.

Quando se fala de secularização é incontornável a referência a Charles Taylor<sup>24</sup>, que nos dá uma importante contribuição filosófica para compreendermos a dimensão espiritual do ser humano numa época secularizada. A sua obra *A Secular Age* revela-se fundamental para analisar a sociedade contemporânea e a religião, sobretudo, o processo de secularização e o seu impacto na vida das pessoas e da sociedade ocidental. O autor considera que este fenómeno está alicerçado em três pilares: o da esfera pública, o de abandono da Igreja e o da falta de crença.

O declínio da religião é explicável, na sua perspetiva, pelo aparecimento de uma mentalidade mais confiante e baseada na capacidade que o ser humano possui para definir a sua própria identidade e ordem moral. Se outrora o ser humano era permeável às influências e à transcendência, na modernidade isso já não acontece, havendo uma maior confiança no uso da razão e nas capacidades do indivíduo. Foi sem dúvida a Reforma Protestante o ponto de viragem da sociedade ocidental, pois ao atribuir ao homem a primazia, relegou para um plano ulterior o teocentrismo, isto é, Deus como o centro de tudo. Deste modo, o ser humano passou a deter o próprio controlo, sendo Deus uma realidade secundária. Esta perspetiva é comungada por Casanova que considera a secularização como o processo de passagem da religião para a esfera privada, pois “esse seria o grande projeto da modernidade visto como a forma

---

<sup>22</sup> *Ibidem*.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 220-221.

<sup>24</sup> Charles TAYLOR (2012), *A era secular* (A secular age 2007), Lisboa: Edições Piaget.

supostamente mais adequada de garantir a paz social num mundo saído das guerras da religião”.<sup>25</sup>

Porém, Charles Taylor refere que nem tudo é mau com a secularização, esta trouxe uma nova forma de confrontação das pessoas com a religião, nomeadamente a busca espiritual e não o vínculo a uma doutrina. Portanto, esta não gerou o total declínio e negação da religião, mas sim o aparecimento de novas modalidades de vivência religiosa e de busca espiritual.<sup>26</sup>

A socióloga francesa Hervieu-Léger parece partilhar da opinião de Charles Taylor afirmando que “os traços caraterísticos da modernidade têm sido associados à racionalidade, autonomia do indivíduo-sujeito e à diferenciação das instituições”<sup>27</sup>. Reforça ainda que “a religião deixa de fornecer um quadro de referência de normas, valores e símbolos aos indivíduos e aos grupos capazes de lhes dar um sentido às suas vidas e às suas experiências”<sup>28</sup>. O que se tem, portanto, é um cenário marcado por uma religiosidade flutuante, cujos sistemas religiosos não assentam nos modelos tradicionais.

Assim, é preciso ter em linha de consideração que a secularização não deve ser entendida como o processo de contração da religião, até porque a própria secularização desencadeou um crescimento de novas crenças.

Hervieu-Léger salienta que “não é, pois, a indiferença crente que caracteriza as nossas sociedades. É o facto de esta crença escapar muito largamente ao controlo das grandes igrejas e instituições”<sup>29</sup>. É possível, então crer em Deus mas de uma forma não religiosa, logo a crença obtém um estatuto de religioso. “O indivíduo continua a viver a dimensão religiosa, mas o religioso ganha novas formas e contornos, novos sabores, numa dinâmica em que, ao mesmo tempo se esgota, se dilui, renasce, ressurgue e se difunde”<sup>30</sup>. Reforça que “o aspeto mais decisivo da desregulação aparece sobretudo na liberdade que os indivíduos se concedem de “recompor” o seu próprio sistema crente, fora de qualquer referência a um corpo de crenças institucionalmente válido”<sup>31</sup>. Portanto, o que está acontecer é a perda da capacidade social e cultural das instituições religiosas de regular as crenças e as práticas dos fiéis, pois as identidades religiosas não

---

<sup>25</sup> Teresa TOLDY, (2013), “A Secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas”, in *Didaskalia*, XLIII, p. 31.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> Cf. Danièle HERVIEU-LÉGER (2005), *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Tradução Portuguesa de Catarina Silva Nunes, Lisboa: Gradiva, p. 35-37.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.38.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.47.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p.36

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.48.

são mais herdadas, inserem-se num universo de escolha individual. Modernidade não é sinónimo de menos religião, mas sim de religião diferente, desinstitucionalizada e subjetiva.

Philippe Bacq e Cristoph Theobald também se destacam nesta linha de pensamento considerando que o facto de estarmos a viver uma época de secularização, “não significa que a religião tenha desaparecido e que a crença se tenha dissipado. Significa que a relação com o religioso se desinstitucionalizou, se privatizou, e que a relação com as realidades religiosas se organiza sob a soberania do sujeito individual e sob o critério da pertinência pessoal”<sup>32</sup>. Ao falarmos da secularização como um fenómeno que está inequivocamente instalado no ocidente, temos negligenciado a perenidade da religião, do sagrado, porque o ser humano mantém a sua crença, pois “difícilmente a chamada “morte de Deus” seria susceptível de exaurir a dimensão crente da pessoa humana – *homo credens*, por definição, pois – pelo que, mais do que falar em secularização, devemos atentar, antes, na deslocação do sagrado para âmbitos até aqui considerados profanos”<sup>33</sup>.

Assim, a sociedade ocidental contemporânea vive uma era secular, caracterizada pela retirada da religião para o foro privado e, por conseguinte, menores crenças e práticas religiosas. Não obstante, não se pode negligenciar o número de crentes em Deus e a sua frequência nos templos. Convém somente destacar que, o ser humano ao abandonar o código moral cristão, deve pautar o seu modo de ser e de agir em conformidade com um moralismo universal, pois estamos entregues à nossa própria consciência, a qual nem sempre está de acordo com a dos outros. Como consequência desta falta de valores ditados pela religião, surgem todos os dias casos de atropelos aos direitos humanos como suicídios, violência, roubos, violações, guerras, revoltas, etc., que são claros atentados à vida, à moral e à dignidade da pessoa, tema que será abordado no ponto seguinte.

### *1.2. Alguns atentados à vida e à sua dignidade*

A vida humana é uma dádiva de Deus, o primordial e fundamental direito humano, por isso é sagrada e inviolável e não está sujeita a nenhum parâmetro de ordem qualitativa, económica ou ideológica. Este direito é de suma importância na religião

---

<sup>32</sup> Philippe BACQ e Cristoph THEOBALD (2013), *Uma nova oportunidade para o Evangelho*, Paulinas Editora, Lisboa, p. 42.

<sup>33</sup> Cf. João Duque (2011), *Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade*, Cultura e Comunicação, nº 11, p. 19-35.

católica que deixa bem claro que cada pessoa é “irrepetível e ineliminável”<sup>34</sup>. O Papa João Paulo II, na Carta Encíclica *Evangelium Vitae* afirma que a “vida humana é sagrada, porque, desde a sua origem, supõe ‘a acção criadora de Deus’ (...). Só Deus é senhor da vida, desde o princípio até ao fim: ninguém, em circunstância alguma, pode reivindicar o direito de destruir directamente um ser humano inocente”<sup>35</sup>.

O Sumo Pontífice, Papa Francisco, faz também questão de reafirmar o “valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo o ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário”<sup>36</sup> reforçando, que “afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente”<sup>37</sup>. O respeito pela vida e pela dignidade da pessoa está consignado no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, que considera estes valores como “ ‘universais, invioláveis e inalienáveis’. Universais, porque estão presentes em todos os seres humanos, sem exceção alguma de tempo, de lugar e de sujeitos. Invioláveis, enquanto ‘inerentes à pessoa humana e à sua dignidade’ (...). Inalienáveis, enquanto ‘ninguém pode legitimamente privar destes direitos um seu semelhante, seja ele quem for, porque isso significaria violar a sua natureza’ ”<sup>38</sup>.

Porém, a sociedade contemporânea tem tido uma tarefa difícil para defender a vida humana, isto porque os valores tradicionais são constantemente postos em causa, o que dificulta, e muito, a defesa da dignidade da vida. O ser humano vive e sofre as contingências históricas e sociais, estando sujeito a todo tipo de atrocidades e atropelos aos seus direitos, como foi o caso do holocausto judeu vivido durante a Segunda Guerra Mundial. No entanto, é precisamente a partir desta guerra que emerge um novo conceito de dignidade da pessoa humana, tornando-se o mais influente consenso ético no mundo e servindo como alicerce para uma cultura centrada nos direitos humanos. A prova disso são as inúmeras declarações e Constituições que ratificam estes direitos.

No entanto isto não é suficiente, pois hoje em dia vivem-se novas e alarmantes ameaças resultado das rápidas e acentuadas mudanças no sistema internacional, consequência da globalização e da intensificação das relações transnacionais. Falamos de conflitos internos, de pobreza, de criminalidade organizada, de tráfico humano, de

---

<sup>34</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...*, *op. cit.* nº131.

<sup>35</sup> JOÃO PAULO II (25 de março de 1995), Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in *AAS* 87 (1995) nº53.

<sup>36</sup> JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, nº2.

<sup>37</sup> FRANCISCO (dia 27 de novembro de 2014), *Entre a dignidade e a transcendência* in *L'Osservatore Romano*, P. 10-11.

<sup>38</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ (2005), *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Editora Principia, Cascais.

doenças infecciosas, de crises económicas, de avanços tecnológicos com reflexos para a eugenia e a clonagem, da problemática dos refugiados, mas principalmente do terrorismo.

Embora não seja um fenómeno novo, o terrorismo constitui a principal ameaça do século XXI, ameaça à dignidade da vida humana, à segurança e convivência entre pessoas e religiões, aos mais básicos direitos como a liberdade. Todos os dias assistimos a situações de ataques terroristas cujo objetivo e “*modus operandi*” é sempre o mesmo: mortes, destruição, ódio, revolta, etc.. Esta espiral de violência parece não ter fim e infelizmente parece que este é um cenário cada vez mais normal no nosso quotidiano. Vivemos numa era de medo e de terror gerada pela própria humanidade: às “antigas e dolorosas chagas da miséria, da fome, das epidemias, da violência e das guerras, vêm-se juntar outras com modalidades inéditas e dimensões inquietantes”<sup>39</sup>. Os governos parecem não encontrar soluções e medidas para pôr termo a este flagelo, pois as organizações terroristas revelam-se cada vez mais imprevisíveis, poderosas e cada vez mais aperfeiçoadas na crueldade. Ora tanto são capazes de levar a cabo atentados de elevadas dimensões fazendo milhares de vítimas como ataques cirúrgicos e estratégicos.

Neste sentido, é de extrema importância e um desafio para toda a humanidade combater com afincos, dedicação e eficácia todas estas situações que constituem uma violação aos direitos humanos. Mas para que tal seja possível é fundamental que haja cooperação entre todos, ações concertadas, que se pratique a solidariedade, a tolerância, o respeito pelo próximo, a igualdade de oportunidades, que a ciência e a técnica sejam usadas ao serviço do ser humano e da vida, e sobretudo que se proteja a vida e a sua dignidade. Só deste modo deixaremos de assistir a guerras, a mortes, suicídios, a desrespeitos e injustiças e passaremos a viver num mundo melhor, mais fraterno, mais estável e em paz. Porque” verdadeiramente grande é o valor da vida humana, se o Filho de Deus a assumiu e fez dela o lugar onde se realiza a salvação para a humanidade inteira”<sup>40</sup>.

---

<sup>39</sup> JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Evangelium Vitae*, nº3.

<sup>40</sup> JOÃO PAULO II, *Carta Encíclica Evangelium Vitae*, nº33.

## 2. Desafios da sociedade: a cultura do encontro na perspectiva do Papa

### Francisco

Como já foi referido, a sociedade ocidental contemporânea é caracterizada pelo individualismo e pela deterioração da relação entre a pessoa e a coletividade. Na opinião de Christopher Lasch esta é a “civilização do narcisismo”<sup>41</sup>, em que o indivíduo apenas se interessa pelo imediato, o ocasional, a auto-satisfação. Apesar de todos os recursos e oportunidades, sobretudo os avanços tecnológicos, a sociedade está desconcertada e desencontrada devido a vários equívocos ao nível das prioridades sociais, domínio do dinheiro, erros de atuação e falta de sensibilidade humanitária.

Aquando da sua visita à Ilha Lampedusa em Itália a 8 de Julho de 2013, o Papa Francisco chamou atenção para “a cultura do bem-estar, que nos leva a pensar em nós mesmos, torna-nos insensíveis aos gritos dos outros, faz-nos viver como se fôssemos bolas de sabão: estas são bonitas mas não são nada, são pura ilusão do fútil, do provisório. Esta cultura do bem-estar leva à indiferença a respeito dos outros; antes, leva à globalização da indiferença. Neste mundo da globalização, caímos na globalização da indiferença. Habitamo-nos ao sofrimento do outro, não nos diz respeito, não nos interessa, não é responsabilidade nossa!”<sup>42</sup>. Com estas palavras do Papa Francisco percebemos que existem muitas contradições na sociedade porque apesar dos progressos e evoluções que se têm verificado a vários níveis, esta apresenta manifestos retrocessos ao nível social, pois tem praticado uma “cultura da exclusão”, do “descartável” e da “globalização da indiferença”. Na nossa opinião, os meios de comunicação têm significativa parte de responsabilidade na promoção do individualismo ao estimularem o consumo, impondo desse modo estilos, gostos e comportamentos de vida.

No entanto, para o Sumo Pontífice a comunicação suscita novas oportunidades de encontro e solidariedade entre todos (...). Sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem”<sup>43</sup>. “Os mass-medias podem ajudar a sentir-nos mais próximos uns dos outros; a fazer-nos perceber um renovado sentido de unidade da família humana, que impele à solidariedade e a um compromisso sério para uma vida mais digna”<sup>44</sup>. É tempo de

---

<sup>41</sup> Cf. Christopher LASCH, *Le Complexe de Narcisse*, Paris, Robert Laffont (1980), citado em A. T. FERNANDES, Individualismo, Subjectividade e Relação social, 66.

<sup>42</sup> [https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco\\_20130708\\_omelia-lampedusa.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/documents/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html)

<sup>43</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, n°87.

<sup>44</sup> PAPA FRANCISCO (24 de Janeiro de 2014), *Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali_po.html)

aproveitar os meios de comunicação para fomentar uma ação transformadora que vise a implementação da sensibilidade política e social, a cooperação e proximidade, numa verdadeira cultura do encontro. É importante estabelecer “uma relação pessoal e comprometida com Deus, que ao mesmo tempo nos comprometa com os outros”<sup>45</sup>, porque o ser humano “não é um ser solitário, mas ‘por sua natureza íntima um ser social’ e ‘sem relações com os outros não pode nem viver nem desenvolver seus dotes’”<sup>46</sup>.

O papel da comunicação ao serviço da sociedade e a cultura do encontro foram anunciados pelo Papa Francisco a propósito do Dia Mundial das Comunicações Sociais, celebrado no dia 1 de Junho de 2014: “Comunicação a serviço de uma autêntica cultura do encontro”. Esta cultura do encontro surge como resposta à já referida “cultura da exclusão”, “do descartável” e da “globalização da indiferença”. Não “podemos viver sozinhos, fechados em nós mesmos. Precisamos de amar e ser amados”<sup>47</sup>. Este desafio lançado a toda a humanidade surge no seguimento de estarmos a viver “num mundo que está a tornar-se cada vez menor, parecendo, por isso mesmo, que deveria ser mais fácil fazer-se próximo uns dos outros”<sup>48</sup>. Perante este cenário urge “o desafio de descobrir e transmitir a ‘mística’ de viver juntos, misturarmo-nos, encontrarmo-nos, darmos o braço, apoiarmo-nos, participarmos nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade”<sup>49</sup>.

Este é também um desafio para os meios de comunicação social: “a revolução nos meios de comunicação e de informação são um grande e apaixonante desafio que requer energias frescas e uma imaginação nova”<sup>50</sup> e que nos dá a possibilidade de sermos cidadãos do ambiente digital.

Assim, podemos referir que a cultura do encontro se baseia na proximidade, na socialização, na abertura ao outro, no caminho com Deus e “requer que estejamos dispostos não só a dar, mas também a receber de outros”<sup>51</sup>.

---

<sup>45</sup> *Ibidem*, nº91.

<sup>46</sup> Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...*, *op. cit.*, nº110.

<sup>47</sup> FRANCISCO, *Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais*, 115.

<sup>48</sup> *Ibidem*, 113.

<sup>49</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, nº87.

<sup>50</sup> PAPA FRANCISCO (24 de Janeiro de 2014), *Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro*. Disponível em: [http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali_po.html)

<sup>51</sup> FRANCISCO (24 de janeiro de 2014), *Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais*, in *AAS* 106 (2014),114.

O Papa Francisco tem sido um impulsionador da cultura do encontro, um revolucionário na maneira de viver e experienciar a fé, invocando-a frequentemente em discursos, conferências e homilias, referindo que é importante que “se difunda cada vez mais uma cultura do encontro, capaz de fazer cair todos os muros que ainda dividem o mundo (...). Onde há um muro, há fechamento do coração. São precisas pontes, não muros”<sup>52</sup>. Apela também à Igreja para que se abra a novos caminhos e ao encontro de quem não a frequenta “em vez de ser apenas uma Igreja que acolhe e que recebe, mantendo as portas abertas, tentemos também ser uma Igreja que encontra novos caminhos, que é capaz de sair de si própria e de caminhar ao encontro de quem não a frequenta, que a abandonou ou que é indiferente”<sup>53</sup>.

Verdadeiro exemplo de anúncio e de testemunho, de palavras, ações e gestos, de humildade e simplicidade, o Papa Francisco implementou uma nova fase na história da Igreja Católica. Nas palavras de Antonio Spadaro, “seu agir é comunicativo, para quem não há distâncias entre a sua pessoa e o que faz ou diz (...). Assim como ele não consegue viver só (...), também a sua palavra precisa de dar lugar a quem tem na sua frente”<sup>54</sup>.

Assim, esta cultura do encontro defendido pelo Sumo Pontífice merece o máximo de atenção e respeito não só por parte da sociedade como também dos meios de comunicação social. Ela é o caminho a seguir para combater a perspetiva individualista e hedonista que predomina na nossa sociedade, para evitar desigualdades e injustiças, para promover a diversidade, a solidariedade e a fraternidade, condições indispensáveis para uma comunidade verdadeiramente humana. É uma cultura imbuída de saberes, ideias e valores, de normas, regras e proibições, mas acima de tudo de compreensão, acolhimento e aceitação da diferença.

"Agrada-me imaginar a humanidade como um poliedro, no qual as múltiplas formas, ao se expressarem, constituem os elementos que compõem, na pluralidade, a única família humana. A verdadeira globalização é isso! A outra globalização, a da esfera, é uma homogeneização!"<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> Rui MARTINS (15 de novembro de 2014), “*Papa Francisco pede ‘cultura do encontro’, com mais pontes e sem muros*”, documento acedido no site do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, in [http://www.snpcultura.org/papa\\_pede\\_cultura\\_do\\_encontro\\_com\\_mais\\_pontes\\_e\\_sem\\_muros.html](http://www.snpcultura.org/papa_pede_cultura_do_encontro_com_mais_pontes_e_sem_muros.html)

<sup>53</sup> Estas palavras foram proferidas pelo Papa Francisco, aquando de uma entrevista realizada no dia 19 de agosto de 2013, in Antonio SPADARO (2014), *Temos de ser normais*, Paulinas Editora, Lisboa, p. 53.

<sup>54</sup> Antonio SPADARO (2014), *O sonho do Papa Francisco. Os jovens no coração da Igreja*, Paulinas Editora, Lisboa, p.19-23.

<sup>55</sup> <http://noticias.sapo.ao/info/artigo/1349995.html>, acedido em 24 de março de 2016.

### 3. Síntese

Uma vez terminada a elaboração deste primeiro capítulo, eis-nos chegados ao momento de fazer algumas considerações sobre o mesmo. Era nossa pretensão neste capítulo fazer uma breve descrição da sociedade atual, nomeadamente as transformações e mudanças operadas, a secularização, que originou uma crise de identidade e de valores na sociedade. Focamo-nos também em alguns casos que constituem verdadeiros atentados à vida e à sua dignidade. Desta análise retiramos algumas consequências e implicações.

Em primeiro lugar, é importante referir que a nossa sociedade deixou de valorar e respeitar os princípios e valores oriundos da religião, questionando-os e procurando novas orientações espirituais, não estando vinculada a uma religião. Valoriza-se o individualismo, o narcisismo, a procura de prazer e de divertimento fácil e imediato, a futilidade, o consumo desenfreado, a satisfação pessoal sem ter presente a noção de moral ou de deveres. O indivíduo vive num tal egoísmo que age de acordo com a sua vontade própria e consciência, sem se compadecer com o sofrimento alheio. Estamos numa sociedade secularizada, caracterizada pela perda do domínio da Igreja na formação da sociedade, vivemos no obscurantismo, um retrocesso ao nível social.

Esta falta de valores é geradora de atropelos à moral, à dignidade, aos Direitos Humanos, fruto das rápidas e acentuadas mudanças, sobretudo a globalização e a intensificação das relações transnacionais. Neste sentido, o Papa Francisco faz um apelo para que se pratique a cultura do encontro, baseada numa relação de proximidade, de abertura ao outro, de socialização, de acolhimento, de solidariedade e fraternidade. Esta cultura surge como resposta à globalização do individualismo e da indiferença que infelizmente parece reinar no nosso mundo.

Assim, podemos evidenciar que não estamos num vazio de valores, mas sim num emaranhado que gera confusões, equívocos e deturpações. É preciso clarificar os valores absolutos, hierarquizá-los, dar-lhes o devido valor, colocá-los na base e não os valores circunstanciais. É nesta confusão que reside a crise de valores. No entanto, considerámos que de uma forma geral há uma consciencialização cada vez mais crescente dos valores e que somente uma educação orientada para os valores poderá contribuir para um mundo mais estável em que reine a paz.

## **CAPITULO II – A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS**

A centralidade deste estudo é a dignidade da vida humana, esta “é e será sempre o maior valor a defender e a preservar [e a não esquecer] no meio de disputas e interesses”<sup>56</sup>. Por isso, hoje, face a um mundo plural e a um desenvolvimento desmedido da sociedade que originou uma perda de valores éticos e morais, a preservação dos direitos humanos deve ser considerada a principal arma para uma sociedade mais justa, mais humana.

Aquilo que se pretende com este segundo capítulo é ver de que forma a dignidade humana evoluiu ao longo dos tempos e de que maneira isso contribuiu para aclarar o conceito de dignidade; explanar a perspectiva da Igreja Católica sobre a dignidade e inviolabilidade da vida humana e analisar o contributo de EMRC para a construção dos direitos humanos.

### **1. Enquadramento histórico sobre a dignidade humana**

O conceito de dignidade humana é atualmente um dos mais difundidos no mundo. A sua evolução é fruto de uma evolução conjunta com o ser humano, verificando-se uma crescente sensibilidade e exigência na defesa da dignidade da vida humana. Trata-se de um valor universal dado que em todas as sociedades existem valores humanos subjacentes ao Homem, por isso podemos dizer que apesar das épocas, das culturas e das sociedades o valor de dignidade esteve sempre presente.

As primeiras reflexões sobre a dignidade humana remontam à Antiguidade Clássica, no entanto, é após o surgimento do Cristianismo que este valor adquire uma significação e transformação maior, passando por inúmeras mudanças até aos nossos dias.

Na Antiguidade Clássica, não existia um conceito propriamente dito de dignidade da vida humana, o ser humano era um ser exclusivamente social que vivia para a política, sendo por isso confundido com o próprio Estado. O pensamento prevalecente na sociedade ocidental era o de que todo o conhecimento se baseava numa visão cosmológica do mundo, não havendo espaço para uma visão antropocêntrica do ser humano. Portanto, todo o agir humano se pautava segundo uma ordem cósmica. Esta visão cosmológica do mundo não é de grande relevância para a ideia defendida neste

---

<sup>56</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (1998), *Carta Pastoral da Conferência Episcopal nos Cinquenta Anos da Aprovação e Adopção da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, p. 4.

trabalho, pois neste momento histórico não há uma preocupação específica em relação ao ser humano, ao seu valor, individualidade e dignidade.

Não obstante, o eclodir das sociedades modernas concretamente o movimento do Iluminismo no século XVIII, viria a ser um momento decisivo para que o ser humano passasse a encarar o mundo e o conhecimento a partir de um novo horizonte – o antropocentrismo. Estas ideias iluministas despoletaram uma concepção baseada na ideia de que o ser humano possuía direitos inalienáveis, decorrentes da sua natureza humana e independentes do Estado.

Contudo, não se pode deixar de referir a decisiva influência que o Cristianismo teve nesta mudança de mentalidades. Com o seu advento, verifica-se uma valorização do ser humano que foi criado à imagem e semelhança de Deus, por isso possui valor em si mesmo, o que culminou na criação dos direitos “naturais” e “universais”. Esta faculdade inerente e exclusiva do Homem é o que o diferencia dos outros seres e lhe confere dignidade humana e é a partir dela que se estrutura um sistema de valores humanos. Deus criou homem e mulher, assim “o homem que corresponde a Deus é um homem social, não cada indivíduo por si”.<sup>57</sup>

De acordo com esta concepção cristã, atentar contra a dignidade da criatura, era atentar contra a vontade do próprio criador. A este respeito vale a pena recordar um Documento do Concílio Vaticano II, concretamente uma passagem da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* que atesta que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, por isso possui valor próprio. Deus une-se a cada ser humano através da encarnação do seu filho Jesus Cristo e não existe nenhuma lei de natureza humana que possa “salvaguardar tão perfeitamente a dignidade da pessoa e a liberdade do homem como o Evangelho de Cristo, confiado à Igreja”<sup>58</sup>. A Igreja considera que Deus está presente em cada ser humano e este só encontra uma “plena explicação de si no mistério de Cristo, Imagem perfeita de Deus, revelador de Deus ao homem e do homem a si mesmo”<sup>59</sup>. Deste modo, o ser humano recebe de Deus a “dignidade extraordinária e inalienável”<sup>60</sup>.

Mas a inferência do poder político na esfera religiosa traria deturpações relativamente a esta concepção. É neste sentido que vários pensadores como S. Tomás de Aquino, Pico de Mirandola, Francisco de Vitória e sobretudo Immanuel Kant se

---

<sup>57</sup> MOLTSMANN, Jürgen (1979), *La Dignidad humana*, Ediciones Sígueme, Salamanca p.2.

<sup>58</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, nº41.

<sup>59</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...*, op. cit. nº105.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

dedicaram com afinco ao estudo e desenvolvimento do princípio da dignidade humana. Kant destaca-se com a obra “Crítica da Razão Prática” ao formular o imperativo categórico e as fórmulas da lei moral, contributo fundamental para a compreensão do conceito de dignidade, considerado como um valor intrínseco ao Homem, um fim em si mesmo que não pode ser trocado ou alienado. “O homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.”<sup>61</sup> O autor frisa ainda que “o homem não é uma coisa; não é, portanto, um objeto passível de ser utilizado como simples meio, mas, pelo contrário, deve ser considerado sempre e em todas as suas ações como fim em si mesmo.”<sup>62</sup> Portanto, para Kant a dignidade não tem preço, logo não é passível de ser substituída por algo semelhante “a pessoa humana é, assim, dotada de dignidade porque insubstituível, não tem preço. Os demais seres irracionais, assim como todas as demais coisas, possuem preço, pois podem ser substituídas por outro que lhe é equivalente. Daí a ideia de valor relativo de todas as coisas”<sup>63</sup>.

Porém, foram essencialmente os horrores cometidos durante a Segunda Guerra Mundial, em que o ser humano foi usado em prol de interesses políticos e económicos por parte dos regimes totalitários, que o despertou para uma nova consciência acerca deste princípio basilar. É a partir desta atroz violação dos direitos humanos (sobretudo, a eugenia) que surgem os marcos mais relevantes no que toca à sua proteção, surgindo uma cultura baseada na centralidade dos direitos humanos. Este princípio foi confirmado em várias constituições do pós-guerra, destacando-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que logo no primeiro artigo põe em evidência o princípio da dignidade humana:

Art. 1. *“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e percepção e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”*<sup>64</sup>.

Esta Declaração é um marco importante na defesa e promoção da dignidade humana, pois é o culminar de uma consciência coletiva que reconhece os direitos inatos da Pessoa, logo deve ser defendida, valorizada e promovida. Esta Declaração vem como

---

<sup>61</sup> Immanuel KANT, (1995), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, p. 58.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.65.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.58.

<sup>64</sup> <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, Acedido em 10 de abril 2016.

que colocar um ponto final no problema da fundamentação dos direitos humanos, pois não se pode desprezar o seu longo, contínuo e tortuoso caminho, repleto de obstáculos e interrupções que termina devidamente fundado e reconhecido, um processo que permitiu representar e consagrar os direitos dos cidadãos de todo o mundo, o direito dos seres humanos.

Assim, pode afirmar-se que tal como os direitos humanos, o princípio da dignidade é um conceito variável, fruto de uma evolução dos tempos e dos espaços. Interessa sublinhar, contudo, que o facto dos direitos humanos estarem consagrados em declarações e constituições não garante a sua inviolabilidade e eficácia. O maior desafio que o ser humano encontra atualmente é garantir a efetividade dos seus direitos, impedir a sua violação e lutar para que estes sejam cada vez mais aperfeiçoados. É preciso lutar diariamente pela promoção da justiça, da liberdade e da paz. Porque declarar os direitos do ser humano significa afirmar que a humanidade no seu todo – homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, independentes da raça, da cor ou da etnia têm direitos e veem a sua dignidade protegida e assegurada. Este é um valor primordial, insubstituível e incondicional que reconhece e garante a liberdade e autonomia da Pessoa. “Um homem, cuja dignidade seja depreciada, vê-se destruído na sua existência”<sup>65</sup>. Com esta afirmação percebe-se que o conceito de dignidade da pessoa humana é a mais forte expressão dos direitos humanos e por isso deve ser merecedor de uma diferenciação em relação aos demais valores.

Após a análise dos principais momentos históricos de reconhecimento do princípio da dignidade humana, já é possível reunir algumas informações importantes e necessárias que permitem clarificar com alguma propriedade este conceito, já de si complexo e em constante desenvolvimento.

## **2. Conceito de dignidade**

Dignidade é uma das palavras mais utilizadas nos últimos tempos. Este é um assunto que tem prendido atenção de muitos teóricos, sendo por isso falado nas mais diversas áreas: saúde, religião, política, sociedade, educação, bioética, etc. A ideia prevalecente e interiorizada por todos é a de que toda a pessoa humana é um ser com dignidade que deve ser respeitada. O mais complicado é fixar e fundamentar um conceito do princípio de dignidade humana devido à multiplicidade de questões que este

---

<sup>65</sup> Jürgen MOLTSMANN (1979), *La Dignidad humana*, p.13.

termo encerra e por estar em constante construção, desenvolvimento e aperfeiçoamento. No entanto, e não entrando em grandes discussões, tentar-se-á aprofundar este conceito de forma clara, inequívoca e assertiva.

Conforme já mencionado anteriormente, a partir do século XX assistiu-se a uma maior consciencialização acerca do conceito de dignidade humana, sendo hoje "...uma ideia força que actualmente possuímos e admitimos na civilização ocidental, que é a base dos textos fundamentais sobre Direitos Humanos"<sup>66</sup>. A ideia geral que paira e que está interiorizada é a de que a dignidade é um valor primordial, intrínseco, inalienável e insubstituível à pessoa humana, que lhe confere autonomia, vontade e liberdade, o que a faz titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e pela sociedade. Reconhecer a dignidade da pessoa significa reconhecer o que há de igual em todo o ser humano, condição que lhe dá um valor. Esta dimensão ontológica é um predicado comum e singular a todos os seres humanos "... graças ao acto de ser, dotado de intensidade única, que a pessoa possui uma dignidade constitutiva"<sup>67</sup>, um valor próprio que a identifica.

Neste sentido, a dignidade é exclusiva de cada pessoa, é uma qualidade inata a todos os seres humanos, por isso indissociável, irrenunciável, inalienável e inatingível. Este é sem dúvida um dos princípios mais sublimes e importantes da condição humana, pois significa o reconhecimento e valor dado à pessoa simplesmente por ser quem é. A dignidade é a qualidade que define a essência da pessoa humana, isto é, é a dignidade que confere humanidade ao Homem uma vez que cada homem traz consigo a forma inteira da condição humana.

Para deixar ainda mais claro o conceito, importa aqui mencionar a autora Benevides, que destaca que o conceito de dignidade pode ser explicado mediante quatro características que são únicas e exclusivas do ser humano: vontade, consciência, memória e ser moral e político.<sup>68</sup> O Homem é um ser dotado de vontade, capaz de agir livremente e de controlar os seus instintos e desejos, orientando a sua ação por valores

---

<sup>66</sup> CONSELHO NACIONAL DE ETICA PARA AS CIENCIAS DA VIDA (1999) - *Reflexão Ética sobre a Dignidade Humana* (documento de trabalho 26/CNECV/99), p. 4, in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37739/1/Doc.%201%20-%20Dignidade%20da%20Pessoa%20no%20Fim%20da%20Vida%20-%20Boletim%20do%20HSM%20-%202002.pdf>, acessado em 10 de abril de 2016.

<sup>67</sup> "Es gracias a su acto de ser, dotado de una intensidad única, que ella poseen una dignidad constitutiva." In: ADORNO, Roberto (1998) - *Bioética y dignidad de la persona*. Madrid Editorial Tecnos, p. 56, in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37739/1/Doc.%201%20-%20Dignidade%20da%20Pessoa%20no%20Fim%20da%20Vida%20-%20Boletim%20do%20HSM%20-%202002.pdf>, acessado em 10 de abril de 2016.

<sup>68</sup> Cf. Maria Victoria BENEVIDES (2000), *Educação em Direitos Humanos: de que se trata?*.

como o bem, a justiça e a virtude. A consciência implica ter a noção da sua subjetividade e da sua própria história, vivendo e manifestando qualidades como o amor, a razão e a criação estética. A memória revela-se fundamental para que possa operar transformações relativamente ao passado, projetando o futuro. É um ser moral e político na medida em que constrói as suas decisões, escolhas e condutas, que são produto da sua existência.

O Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) sintetiza num documento de trabalho do ano de 1999, o conceito de dignidade:

“O termo Dignidade Humana é o reconhecimento de um valor. É um princípio moral baseado na finalidade do ser humano e não na sua utilização como um meio. Isso quer dizer que a Dignidade Humana estaria baseada na própria natureza da espécie humana a qual inclui, normalmente, manifestações de racionalidade, de liberdade e de finalidade em si, que fazem do ser humano um ente em permanente desenvolvimento na procura da realização de si próprio. Esse projecto de auto-realização exige, da parte de outros, reconhecimento, respeito, liberdade de acção e não instrumentalização da pessoa. Essa auto-realização pessoal, que seria o objecto e a razão da dignidade, só é possível através da solidariedade ontológica com todos os membros da nossa espécie. Tudo o que somos é devido a outros que se debruçaram sobre nós e nos transmitiram uma língua, uma cultura, uma série de tradições e princípios. Uma vez que fomos constituídos por esta solidariedade ontológica da raça humana e estamos inevitavelmente mergulhados nela, realizamo-nos a nós próprios através da relação e ajuda ao outro. Não respeitáramos a dignidade dos outros se não a respeitássemos no outro”<sup>69</sup>.

De acordo com esta definição, todos os seres humanos devem ser tratados de igual forma, sem qualquer tipo de discriminação e devem existir mecanismos que preservem, assegurem e respeitem a defesa da dignidade. Nesta linha de pensamento importa referir as palavras do Papa Francisco aquando de um discurso proferido a 25 de novembro de 2014, dirigido aos deputados no Parlamento Europeu, que recorda que ao longo dos tempos tem existido uma “inegável centralidade da promoção da dignidade

---

<sup>69</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, *Documento de Trabalho sobre a Dignidade da Vida*, in [http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936\\_P026\\_DignidadeHumana.pdf](http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf), acedido em 24 de abril de 2016.

humana contra as múltiplas violências e discriminações”<sup>70</sup>. Há “um real progresso na compreensão e no reconhecimento do valor e da dignidade de cada pessoa”<sup>71</sup>.

No entanto, um dos contributos mais importantes no esclarecimento deste conceito encontra-se em Kant. Na sua perspectiva, a dignidade não tem preço, não pode ser trocada por nada, simplesmente porque não tem equivalência " no reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se, em vez dela, qualquer outra coisa como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade.”<sup>72</sup>

Para Figueiroa “a dignidade do homem é um valor singular que pode ser reconhecido facilmente. Podemos descobri-lo em nós e vê-lo nos outros. Mas não podemos outorgá-lo ou retirá-lo de alguém. É algo que nos é dado. É anterior à nossa vontade e exige de nós uma atitude compatível, adequada: reconhecê-lo e aceitá-lo como um valor supremo (atitude de respeito), ou ignorá-lo ou repudiá-lo, deixando de lado o outro, os outros.”<sup>73</sup> A dignidade tem por base, portanto, um “(...) respeito incondicional e absoluto. Um respeito que, como já foi dito, deve-se estender a todos os que o possuem: a todos os seres humanos. Por isso, mesmo que toda a sociedade decidisse por consenso deixar de respeitar a dignidade humana, esta continuaria a ser um valor presente em cada cidadão. Mesmo quando alguns foram relegados a um tratamento indigno, perseguidos, trancados em campos de concentração ou eliminados, o desprezo não mudou em nada o seu valor incomensurável como seres humanos.”<sup>74</sup>

Todavia, o facto de a dignidade ser uma condição inata do ser humano não significa afirmar que ele seja bom, pois uma coisa é a dignidade ontológica outra é a dignidade moral ou ética. Este equívoco é frisado pelo Papa Francisco ainda no discurso do Parlamento Europeu referindo que “há hoje a tendência para uma reivindicação crescente de direitos individuais, que esconde uma concepção de pessoa humana separada de todo o contexto social e antropológico”<sup>75</sup>. O principal erro está em afirmar “os direitos do indivíduo sem ter em conta que cada ser humano está unido a um

---

<sup>70</sup> FRANCISCO, *Entre a dignidade ...*, art. cit., p. 10-11.

<sup>71</sup> CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução *Dignitas Personae* (8 de Setembro de 2008) in *AAS* 100 (2008) n°36.

<sup>72</sup> Immanuel, KANT, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Edições 70, p. 77, citado por Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) in [http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936\\_P026\\_DignidadeHumana.pdf](http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf), acedido em 9 de maio de 2016.

<sup>73</sup> Jorge BERGOGLIO; Abraham SKORKA; M. FIGUEIROA (2014), *A Dignidade*, p. 10.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> FRANCISCO, *Entre a dignidade ...*, art. cit., p. 10-11.

contexto social, onde os seus direitos e deveres estão ligados aos dos outros e ao bem comum da própria sociedade”<sup>76</sup>. O que o Papa Francisco quer dizer é que hoje em dia a pessoa esquece-se e desvaloriza o facto de viver em sociedade, não respeitando a dignidade do outro. Dignidade pessoal implica reconhecimento e respeito mútuos, porque só dessa forma se constrói e efetiva um verdadeiro sistema de direitos humanos.

Mas é também indispensável que o ser humano pautar a sua vida segundo uma dignidade moral, que implica uma conduta justa e verdadeira perante a sociedade. Esta dimensão da dignidade está dependente do juízo moral de cada pessoa, portanto é relativa e distinta, por oposição à ontológica que é única.

Face ao exposto, resta afirmar que o conceito de dignidade possui dupla dimensão: ontológica e ética, sendo que a primeira refere-se ao “ser” da pessoa e a segunda ao “fazer”, e que é um conceito fundamental na medida em que está ligado à isonomia de todos os seres humanos e é o garante da sua identidade pessoal.

### **3. A perspectiva da Igreja Católica sobre a dignidade e inviolabilidade da vida humana**

*“O Evangelho da Vida está no centro da mensagem de Jesus”*

*Papa João Paulo II*<sup>77</sup>

O respeito pela vida, pela pessoa e pela própria dignidade é uma das principais preocupações da Igreja Católica. O Evangelho da vida está no centro da mensagem de Jesus que diz: “Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância”<sup>78</sup> (Jo 10, 10). Com esta afirmação da Carta Encíclica *Evangelium Vitae* percebe-se a grandiosidade da vida e o núcleo fundamental da missão redentora. O Papa João Paulo II, acérrimo defensor da vida humana tal como Bento XVI, salienta que Jesus fala de uma vida “nova” e “eterna” que consiste na comunhão com o Pai, à qual todo o homem é gratuitamente chamado no Filho, por obra do Espírito Santificador. Mas é precisamente em tal Vida que todos os aspectos e momentos da Vida do ser humano adquirem significado”<sup>79</sup>. Estas palavras do Papa demonstram bem a grandeza e o valor da vida humana, que se estende muito para além da vida terrena. Neste sentido, a pedagogia do Magistério da Igreja assenta neste diálogo constante entre o humano e o divino, cuja

---

<sup>76</sup> *Ibidem.*

<sup>77</sup> JOÃO PAULO II (1995), Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (*Evangelium Vitae*), Editorial A. O., Braga, p. 1.

<sup>78</sup> *Ibidem.*

<sup>79</sup> *Ibidem.*

missão é estar ao serviço da pessoa, destacando para o efeito a sua grandeza, a sacralidade da vida humana e o compromisso com a mesma.

Nesta observância, todos os seres humanos são iguais aos olhos de Cristo, para quem não há aceção de pessoas e por isso merecedores de respeito. “Deus deu-nos a vida para a guardarmos com responsabilidade e a levarmos à perfeição do amor pelo dom de nós mesmo a Deus e aos irmãos, ou seja, o valor sagrado da vida, o valor incomparável de cada pessoa humana, deve ser respeitado desde o seu início até ao seu termo”.<sup>80</sup> Recorde-se as palavras do apóstolo S. Paulo “ouvistes o que já foi dito: amarás o teu próximo e odiarás o teu inimigo. Eu porém digo-vos: amai os vossos inimigos e orai pelos que vos perseguem” (Mt.5,14-45, p.1321).

Assim, a vida é um dom que nos é dado por Deus e como tal devemos respeitá-lo, conforme refere o Evangelho de S. Mateus “dou-vos um mandamento: que vos ameis uns aos outros; que, assim como Eu vos amei, vós também vos ameis uns aos outros. É por isto que todos saberão que sois Meus discípulos: se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo. 13,34).

O Conselho Pontifício Justiça e Paz faz eco destas palavras destacando que o respeito pela dignidade da pessoa passa por ter em conta o outro como sendo seu próximo e por ter em consideração a sua vida e os meios necessários para que esta possa ser condigna, daí que seja necessário que os programas sociais, científicos e culturais também sejam orientados para essa realidade<sup>81</sup>. Nesta linha de pensamento deriva a exigência fundamental do Evangelho da vida: cuidar de nós mesmos e do nosso semelhante. O ser humano criado à imagem e semelhança de Deus não pode ser usado como instrumento ao serviço de alguém, esta atitude demonstra desrespeito e é um atentado à vida e à sua dignidade conforme refere João Paulo II na Encíclica *Evangelium Vitae* “tudo aquilo que se opõe à vida, seja homicídio, genocídio, aborto, eutanásia ou suicídio voluntário, bem como tudo o que viola a integridade da pessoa e ofende a sua dignidade, é infame e corrompe a civilização humana”<sup>82</sup>. Esta atitude de renúncia de qualquer desrespeito pela vida mostra o carácter inalienável dos direitos humanos.

No entanto, hoje em dia face às impressionantes e não menos inquietantes conspirações e ameaças à vida que não param de cessar, torna-se urgente e necessário

---

<sup>80</sup> *Ibidem*.

<sup>81</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...,op. Cit.* n°105.

<sup>82</sup> JOÃO PAULO II (1995), Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (*Evangelium Vitae*), Editorial A. O., Braga.

anunciar o Evangelho da vida. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* recorda que “o mistério do homem só no mistério do Verbo encarnado se esclarece verdadeiramente”.<sup>83</sup>. Quer isto dizer que Deus se une a cada ser humano pela encarnação do seu filho Jesus Cristo e que não existe nenhuma lei humana que possa “salvaguardar tão perfeitamente a dignidade da pessoa e a liberdade do homem como o Evangelho de Cristo, confiado à Igreja”<sup>84</sup>. Ora qualquer ameaça ou atentado à vida é sentida pela própria Igreja que considera que a imagem de Deus é presença em cada ser humano que recebe de Deus a “dignidade extraordinária e inalienável”<sup>85</sup>. É neste sentido que a Igreja se tem preocupado em ver reconhecida universalmente a dignidade e para isso “convida a reconhecer em toda e qualquer pessoa, próxima ou distante, conhecido ou desconhecido e, sobretudo, no pobre e em quem sofre, um irmão ‘pelo qual Cristo morreu’ (1Cor 8,11; Rom 14, 15)”<sup>86</sup>.

A Congregação para a Doutrina da Fé sublinha que “a Igreja sente o dever de, com coragem, dar voz a quem a não tem. O seu é sempre o grito evangélico em defesa dos pobres do mundo, de quantos são ameaçados, desprezados e oprimidos nos seus direitos humanos.”<sup>87</sup>. Em todos os documentos conciliares do Concílio Vaticano II se destaca o respeito pela vida humana, o respeito pelo outro, condição essencial para que todos possam viver com dignidade. Esta é uma tarefa de todos, reconhecer o outro como irmão porque apesar das diferenças, foi também criado à imagem e semelhança de Deus logo passível do mesmo respeito e da mesma dignidade que todos os outros. Só de uma forma consciente, articulada e responsável é possível combater os atropelos à dignidade humana porque “afirmar a dignidade da pessoa significa reconhecer a preciosidade da vida humana, que nos é dada gratuitamente”<sup>88</sup>.

A este propósito, Papa Francisco acrescenta a necessidade de deixar as “zonas de conforto” que muitos de nós privilegiamos e que tantas vezes nos deixam à margem daqueles que precisam do nosso testemunho e da nossa mão amiga<sup>89</sup> porque a

---

<sup>83</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n°22.

<sup>84</sup> *Ibidem*, n°41.

<sup>85</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...*, *op. cit.* n°105.

<sup>86</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, *Compêndio da Doutrina...*, *op. cit.* n°105.

<sup>87</sup> Cf. SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução sobre algumas questões de Bioética (*Dignitas Personae*), 37, in

[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20081208\\_dignitas-personae\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20081208_dignitas-personae_po.html). Acedido em 25 de abril de 2016.

<sup>88</sup> FRANCISCO, *Entre a dignidade ...*, *art. cit.*, 10-11.

<sup>89</sup> Cf. FRANCISCO (2013), Exortação Apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo actual (*Evangelii Gaudium*), Paulus Editora, Lisboa, p. 10.

autenticidade do ser humano está naqueles “que decidiram, no mais íntimo do seu ser, estar com os outros e ser para os outros.”<sup>90</sup>

#### **4. O contributo de EMRC para a educação e promoção dos direitos humanos**

A educação para os direitos humanos assume-se como uma tarefa de especial urgência na medida em que é um mandato do próprio Jesus e, neste sentido, todos aqueles que decidiram fazer do ensino e da educação a razão da sua vida, têm de assumir esta responsabilidade porque são “...marcados a fogo por esta missão de iluminar, abençoar, vivificar, levantar, curar, libertar”<sup>91</sup> e ajudar os mais novos a desenvolver competências para serem os promotores e agentes da construção dos direitos humanos.

A disciplina de EMRC, segundo Isabel Vilaça, “ “está em plena sintonia com esta tarefa educativa: educa para os valores – alicerces estruturantes de uma personalidade sólida, e no quadro específico dos valores cristãos”. A autora sublinha que a escola é “um lugar privilegiado para o desenvolvimento do jovem aluno e a aula de Educação Moral e Religiosa Católica, em particular, tem um importante contributo a dar”<sup>92</sup>. É um dinamismo educativo que procura “tornar possível a síntese entre a fé e a cultura no interior do processo educativo.”<sup>93</sup> Portanto a disciplina de EMRC oferece uma oportunidade de diálogo sobre os problemas que assolam a humanidade, colaborando na construção de um mundo melhor.

De acordo com Ramiro Marques a educação moral pode ser concebida como a ajuda que é prestada aos alunos para que estes atinjam a maturidade moral.<sup>94</sup> Ou seja, entende-se por educação moral, o processo de intervenção pedagógica destinado a permitir que os alunos tenham conhecimento dos seus deveres morais e os cumpram livremente com o objetivo de ingressar numa via de aperfeiçoamento moral. Nesta ótica de pensamento, a promoção da autonomia moral dos alunos é uma das principais finalidades da escola.

Educar para os direitos humanos à luz de EMRC é um trabalho complexo, permanente, exigente e difícil, dado que implica recordar os deveres e as obrigações dos

---

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>92</sup> Isabel VILAÇA & Vítor CARMONA (2006), Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC. In A. M. A. Cabral (Coord.). *Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Lisboa: SNEC, p. 93-94.

<sup>93</sup> Deolinda SERRALHEIRO, *Especificidades e características do Ensino Religioso Escolar*, in *Communio*, VI 1989/1, p. 38.

<sup>94</sup> Ramiro MARQUES, (2000). *Dicionário Breve de Pedagogia*. Lisboa: Editorial Presença.

cidadãos, que estão sujeitos a regras e normas de convivência. Talvez o mais complicado seja fazer perceber que se vive num mundo plural mas que este deve ser partilhado e vivido com base na justiça, na liberdade, no respeito, na solidariedade e na responsabilidade. Só dessa forma se vive com e em dignidade. A educação para os direitos humanos deve contemplar situações concretas do dia-a-dia, pois desse modo se está a enfrentar e a questionar os problemas e contradições, a vivenciar e a efetivar os direitos humanos. Para Norberto Bobbio, “o problema grave do nosso tempo, com relação aos direitos humanos não é mais o de fundamentá-los e sim o de protegê-los”<sup>95</sup>.

O grande objetivo da educação é transformar o espaço escolar num espaço democrático e de cidadania, de oportunidades, um caminho de diálogo e humanização. O *Compêndio de Doutrina Social da Igreja* mostra que “os cidadãos devem ser informados e educados para a participação na democracia, bem como para os verdadeiros ideais”<sup>96</sup>. Reforça ainda que “a primeira escola é a família que para a Igreja ocupa o centro e é o princípio da vida social”<sup>97</sup>. No entanto, no mesmo documento está expresso que “não são os pais, ou a família, os únicos educadores e que todos os outros que recebem socialmente este dever o recebem subsidiariamente dos pais, pelo que os primeiros educadores devem colaborar responsabilmente, numa colaboração apelidada de estreita e vigilante, com os organismos educativos, sejam civis ou eclesiais”<sup>98</sup>.

Enquanto espaço privilegiado de aprendizagem e de conhecimentos, a escola assume-se também como o lugar ideal para pôr em prática todos os conhecimentos teóricos adquiridos, porque não é coerente apenas debitar princípios, é preciso pô-los em prática. É neste contexto que se insere a educação para a democracia, para os direitos humanos, sendo que uma não existe sem a outra. Esta educação pauta-se pela igualdade, justiça, liberdade, solidariedade e ainda pela perceção das consequências das escolhas de cada um. É importante munir os alunos de ferramentas que os levem a escolher o seu caminho, a tomar decisões, a serem responsáveis, a experimentarem novas convivências, a terem uma atitude positiva perante as adversidades da vida e a lutar pelos seus direitos e pelos dos outros. No entanto, dar a conhecer a todos os educandos os limites e os obstáculos com que se depara a construção dos direitos humanos é também uma tarefa relevante.

---

<sup>95</sup> Norberto BOBBIO (1992), *A era dos direitos*, p. 25.

<sup>96</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ (2005), *Compêndio de Doutrina...*, op. cit., p.191 e 406.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 210 e 211.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 240.

Não obstante, não se pode cair no erro de levar a missão de educar ao exagero como aconteceu com os regimes totalitários em que educaram para a cidadania de uma forma extrema e distorcida ligando o cidadão à pátria, à nação e ao passado histórico. Embora este tipo de educação nada tenha a ver com a educação pugnada pela disciplina de EMRC, que se quer democrática e orientada para os direitos humanos, é importante recordá-la com o intuito de mostrar aos alunos que estes passaram por um longo e tortuoso caminho, repleto de dificuldades e obstáculos, sujeitos à mentalidade do homem de cada tempo e de cada espaço, até se consolidarem em declarações e tratados, mas sobretudo se tornarem numa consciência universal.

Assim, a disciplina de EMRC assume uma particular importância na medida em que converte a educação num fator de construção de identidades, formando cidadãos ativos, responsáveis e conscientes dos seus valores e direitos. Neste contexto coloca-se a exigência de que seja uma educação integral que deverá figurar ao longo da vida, voltada para a cidadania e para a interiorização de valores. Para o efeito, deverão ser implementadas estratégias e ações conducentes a formar indivíduos capazes e competentes na aquisição autónoma de informação e aperfeiçoamento das suas capacidades, por forma a agir ativamente e com sentido de justiça pela defesa dos direitos e liberdades fundamentais e a lutar contra todas as formas de desigualdade ou exclusão. Só desta forma será possível operar transformações na ordem social vigente e construir uma cultura de respeito pelos direitos humanos e de cidadania democrática, enquanto quadro legitimador para a paz e harmonização social.

## 5. Síntese

Neste segundo capítulo procurou-se esboçar uma reflexão sobre a forma como o conceito de dignidade humana evoluiu com o decorrer dos tempos, o que se revelou fundamental para perceber um pouco da sua história. Foi possível perceber que este conceito enfrentou uma série de obstáculos e dificuldades, no entanto, vem sendo elaborado e aprimorado ao longo dos séculos. A incursão pela problemática da dignidade conduziu-nos a vislumbrar que é difícil chegar a um momento concreto e linear de explicação deste conceito, dada a sua enorme complexidade e constante construção e aperfeiçoamento.

Não obstante, é consciência universal que este é um dos princípios mais sublimes, o alicerce da condição humana. É um valor intrínseco à pessoa humana, primordial, incondicional, insubstituível, é o que distingue cada ser humano, que o faz merecedor de respeito e consideração. É este princípio que dá sentido aos direitos fundamentais. Deste modo, negar os direitos fundamentais significar negar a dignidade da pessoa.

A Igreja Católica mantém uma preocupação ativa na defesa da vida e da dignidade da pessoa. A vida humana deve ser respeitada e protegida de um modo absoluto porque é um dom de Deus. A disciplina de EMRC partilha esta mensagem cristã e propõe-se educar para os direitos humanos, isto é, promover uma educação integral dos alunos, educando-os para os valores e para a diversidade. Educar para os direitos humanos significa educar para a cidadania democrática que, por sua vez, se traduz na capacitação social dos indivíduos, para que possam agir de forma consciente, responsável e empenhada contra injustiças e exclusões, para que sejam ativos promotores e defensores dos direitos humanos.

### **CAPITULO III – ABORDAGEM PEDAGÓGICA E DIDÁTICA DA UNIDADE LETIVA “A DIGNIDADE DA VIDA HUMANA”**

Ao iniciar este capítulo, há a destacar um quadro conceptual em que se evidenciem as características da educação como tarefa fundamental da sociedade, examinar o papel da disciplina de EMRC, seus fundamentos, objetivos e experiências no contexto escolar, o perfil do professor de EMRC e, num segundo momento, a pedagogia e didática da unidade letiva “a dignidade da vida humana”.

Posto isto, pensamos estruturar o estado da arte em três etapas fundamentais que nos parecem pertinentes para esta tarefa, sempre analisados numa perspectiva cristã devido ao enfoque temático que norteia esta investigação, ou seja, os contributos teológico, pedagógico e didáticos da referida unidade letiva da disciplina de EMRC:

- 1) A educação como uma tarefa fundamental da sociedade;
- 2) EMRC: um desafio à docência;
- 3) Pedagogia e didática da unidade letiva “A Dignidade da vida humana” do 9º ano de escolaridade.

#### **1. A educação como uma tarefa fundamental da sociedade**

*“Os educadores, apesar das suas dificuldades, são insubstituíveis, porque a gentileza, a solidariedade, a tolerância, a inclusão, os sentimentos altruístas, enfim, todas as áreas da sensibilidade não podem ser ensinadas por máquinas, mas sim por seres humanos.”*

Augusto Cury

Falar de educação é, sem dúvida, um processo de grande complexidade devido à quantidade de intervenientes que nela estão envolvidos, requer uma abordagem multidisciplinar e que se tenha em linha de atenção a atual situação que se vive. É também falar de direitos humanos, um direito inato que permite a “formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último (...) o desenvolvimento harmónico das qualidades físicas, morais e intelectuais”<sup>99</sup>. A Declaração Universal dos Direitos do Homem<sup>100</sup>, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, constitui o documento que consagra, entre outros, o direito à educação. O artigo 26º) refere que:

<sup>99</sup> CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, (28 de outubro de 1965), Constituição Pastoral *Gavissimum Educationis*, in *Acta Apostolicae Sedis* 58 (1965), p.1.

<sup>100</sup> <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, acedido em 27 de fevereiro de 2016.

“1.Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”.

De acordo com a Declaração, a educação é uma tarefa essencial da sociedade, na medida em que promove o desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens, assim como a qualidade do progresso e desenvolvimento da sociedade. Aliás, o futuro da humanidade e da sociedade depende em larga escala da educação. Não se trata apenas de um mero ato de ensinar ou de transmissão de conhecimentos, saberes, padrões culturais e comportamentais, contribui também para a modelação de atitudes potenciadores de uma consciência cívica e humanista, geradora de paz, tolerância e de respeito pelos direitos humanos. Como referiu Nelson Mandela “a educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”<sup>101</sup>, só ela pode formar cidadãos abertos à diversidade, tolerantes, conscientes e respeitadores dos seus direitos e deveres, capazes de transformarem uma ordem social injusta.

Etimologicamente, a palavra educação significa elevar, tornar-se maior e destina-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e físicas do ser humano<sup>102</sup>, mas também espirituais, estéticas e afetivas, sendo uma herança cultural que se transmite às novas gerações. Como tal, não pode ser encarada como algo estático, mas sim dinâmico, contínuo e evolutivo, pois permite ao ser humano novas descobertas, aperfeiçoar-se e evoluir juntamente com a sociedade.

---

<sup>101</sup> <https://pt.globalvoices.org/2013/12/09/17-frases-de-nelson-mandela-que-todo-mundo-deveria-ler/>, Acedido em 13 fevereiro 2016.

<sup>102</sup> Cf. Américo VEIGA (2003), *A Educação Hoje. A realização integral e feliz da pessoa humana*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, p.13.

Para a Conferência Episcopal Portuguesa “o educando progride no processo educativo na medida em que toma consciência da sua dignidade e da dignidade dos outros, em que se concilia, a pouco e pouco, com o seu meio humano e com o próprio ambiente e em que aprende a própria relação com o divino, a qual permite perceber todos os contornos da sua existência pessoal e social”<sup>103</sup>.

Assim, a educação teve e continua a ter um papel de relevo na formação do ser humano e é neste sentido que tem registado uma evolução constante sendo alvo de várias mudanças. Contudo, apesar da preocupação por parte das várias entidades governamentais muito há ainda por fazer, principalmente repensar os meios disponibilizados para a promoção da educação, que muitas vezes se assumem contrários à tão almejada educação integral do ser humano.

Mas neste processo educativo todos os elementos contam: a família, a comunidade, a escola, o Estado, todos têm responsabilidades no ato de educar. Primeiramente este papel cabe à família como o demonstram os textos bíblicos, sobretudo do Antigo Testamento: “Aquele que educa o filho será louvado, e, entre os conhecidos, se gloriará dele” (Sir, 30, 2), “Tens filhos? Educa-os, acostuma-os à obediência, desde a infância” (Sir 7, 23). Esta posição encontra-se bem definida no *Compêndio da Doutrina Social da Igreja* que afirma que cabe aos pais o dever de educar os seus filhos e que este não “pode ser totalmente delegado ou usurpado por outros”<sup>104</sup>. No entanto, com o decorrer dos tempos, a família tem vindo adotar uma postura de marginalidade no processo educativo, delegando na escola toda a responsabilidade. Mas ainda que a escola esteja equipada com os melhores recursos e tenha docentes bem preparados, esta “nunca vai suprir a carência deixada por uma família ausente”<sup>105</sup>. A escola deve dar continuidade ao papel de educar iniciado pelos pais em estreita colaboração com eles, não se limitando à promoção do conhecimento científico, “deve estar atenta a todas as dimensões constitutivas da pessoa, de modo a poderem ser trabalhadas em ordem à personalização do educando”<sup>106</sup>. Esta teoria que desresponsabiliza pais e família na formação dos jovens coloca o professor no centro das atenções. Este é chamado para funções que não são apenas as de ensinar, sendo ora

---

<sup>103</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2002), *Carta Pastoral: Educação, Direito e Dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa: CEP. Acedido em 27 de fevereiro de 2016, disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos>.

<sup>104</sup> CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA e PAZ (2005), *Compêndio da Doutrina...op. cit.*, p. 239.

<sup>105</sup> Gabriel CHALITA (2001), *Educação: a solução está no afeto*, Gente, São Paulo, p. 25.

<sup>106</sup> Juan AMBROSIO, “A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”, in *Communio*, 5 (2001/5) p. 444.

elogiado ora criticado quando os alunos não atingem os objetivos pretendidos a nível cognitivo ou comportamental.

Outro entrave à formação dos jovens diz respeito ao facto de sermos confrontados com uma realidade contrária à mudança que se espera, isto porque as políticas da OCDE e da EU referentes à educação inserem-se numa ideologia individualista que salvaguardam interesses privados. O Estado deve colaborar de forma estreita e vigilante com os pais, família e escola, garantindo a todos este direito-dever. Porque o direito à educação representa o acesso à cultura, à aquisição de recursos cognitivos, afetivos e morais que o ser humano pode usufruir, valorizar, interpretar e transformar. Por isso, é dever do Estado e dos parceiros sociais garantir o direito do ser humano à educação durante toda a vida, pois como afirma Carneiro “educar sempre foi e continua a ser hoje uma tarefa eminentemente social. A formação da personalidade madura resulta tanto do fortalecimento da autonomia pessoal como da construção de uma alteridade solidária, ou seja, do processo de descoberta do outro como atitude moral”<sup>107</sup>.

Queremos com isto dizer que a educação não deve basear-se em valores materiais pois pode incorrer em atitudes discriminatórias, mas sim adotar uma perspectiva de formação baseada numa dimensão religiosa, numa abertura à transcendência, à liberdade e à tolerância religiosa. A este particular é importante referir a distinção entre educação e instrução, dado que estão constantemente a ser confundidas, porque pese embora sejam conceitos que se complementam, são na sua essência diferentes. O primeiro está relacionado com aspetos mais práticos enquanto o segundo com aspetos voltados para a intelectualidade. Todos nós já ouvimos a expressão “que pessoa tão educada” e de imediato conotamo-la como instruída e delicada no agir, mas a educação é muito mais do que isso, implica uma constante formação moral e consciência cívica. Aqui reside a diferença entre os dois conceitos, enquanto a instrução nos reporta para as boas maneiras, a educação levam-nos para mais além, para os valores morais.

---

<sup>107</sup> Roberto CARNEIRO (1998), *Educação e comunidades humanas revivificadas: uma visão da escola socializadora do novo século*. In Jacques Delors (1998). *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Editora, p. 222, disponível em: [http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura\\_da\\_paz/docs/Dellors\\_alli\\_Relatorio\\_Unesco\\_Educao\\_tesouro\\_descobrir\\_2008.pdf](http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Dellors_alli_Relatorio_Unesco_Educao_tesouro_descobrir_2008.pdf), acedido em 27 de fevereiro de 2016.

Assim, a tarefa educativa assenta num “processo de consciencialização do homem na aquisição da sua própria dignidade”<sup>108</sup> e, conseqüentemente, fornece-lhe indicações rumo a uma perceção das “suas possibilidades de dignidade e as esperanças face às próprias limitações”<sup>109</sup>. Esta é uma missão nobre que incute no ser humano o sentido de responsabilidade, o desenvolvimento da sua personalidade e formação de uma consciência cívica, inseridos numa lógica de saber-pensar e saber-ser. Na perspetiva de Delors, a educação do século XXI só encontrará a sua verdadeira aplicação se tiver como base os quatro pilares fundamentais da aprendizagem, que funcionarão como guia orientador no complexo mundo atual: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, e aprender a viver juntos*.<sup>110</sup>

A verdadeira educação passa pela formação integral do ser humano, em todas as dimensões do seu ser. Deve formar pessoas livres e responsáveis, voltadas para a multiculturalidade e para a diferença, tolerantes e que assumam um compromisso de diálogo como o caminho a seguir para a paz. Terminámos esta reflexão sobre o papel da educação com as palavras do Papa João Paulo II num discurso proferido à Unesco em 2 de junho de 1980 em que afirmava que a educação tem como missão que “o homem se torne, cada vez mais, homem, que ele possa “ser” mais e não unicamente que ele possa “ter” mais, e que por consequência, através de tudo o que ele “tem”, tudo o que ele “possui”, ele saiba cada vez mais plenamente “ser” homem”<sup>111</sup>.

## 2. EMRC: um desafio à docência

Aquilo que se pretende com este segundo ponto é ver de que forma a disciplina de EMRC constitui um desafio à docência; analisar o seu papel e presença no quadro escolar; dar a conhecer os seus objetivos e conteúdos programáticos, com o intuito de compreender a sua relevância e numa segunda alínea perceber o papel desempenhado pelo docente de EMRC fornecendo para o efeito alguns contributos para clarificar e definir o papel do professor.

---

<sup>108</sup> Cf. María ROMERO, *Aproximación al currículo oculto en el sistema educativo - La Pedagogia Cristiana*, in *Communio*, año 14, mayo-junio 92, p. 229.

<sup>109</sup> *Ibidem*.

<sup>110</sup> DELORS, Jacques et al. (1996), *Educação – Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, Porto, Edições ASA.

<sup>111</sup> PAPA JOÃO PAULO II, (1980), *Discurso na Sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO*. Paris, 2 de Junho de 1980, disponível em [http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1980/june/documents/hf\\_jp-li\\_spe\\_19800602\\_unesco\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1980/june/documents/hf_jp-li_spe_19800602_unesco_po.html), acedido em 27 de fevereiro de 2016.

A razão que está na base da escolha da disciplina de EMRC como campo de estudo encontra justificação no facto de ter lecionado a mesma numa Escola E.B. 2/3 e por ser uma temática relevante para todos os que se dedicam ao ensino desta área.

Neste sentido, e com o intuito de evitar eventuais dúvidas ou ambiguidades, é oportuno começar por definir a identidade de EMRC. Esta disciplina encontra o seu fundamento jurídico na Concordata de 2004, assinada entre o Estado Português e a Santa Sé e estabelece a obrigatoriedade do Estado e garantir “as condições necessárias para assegurar o ensino da disciplina de EMRC nos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, no âmbito do dever de cooperação com os pais na educação dos filhos”<sup>112</sup>. No entanto, cabe à Igreja a orientação da disciplina no ensino público, no que respeita à elaboração, revisão e edição dos programas curriculares e dos respetivos manuais”<sup>113</sup>,

A Conferência Episcopal Portuguesa em 2006 pronunciou-se sobre a identidade desta disciplina, intitulado a Nota Pastoral de “Educação Moral e Religiosa Católica, um valioso contributo para a formação da personalidade na medida em que ajuda a descobrir o projeto divino sobre a pessoa, sobre a vida humana e sobre a sociedade”<sup>114</sup>. Através do título consegue perceber-se a importância deste contributo na formação de crianças e jovens nas escolas. A EMRC assume-se como “a livre proposta educativa da Igreja sobre a visão cristã do mundo, do ser humano e de Deus”<sup>115</sup>.

É uma disciplina que tem um vasto alcance cultural e educativo, que permite uma educação integral na medida em que tem em linha de consideração várias dimensões: religiosa, social e cultural. “Propõe aos educandos uma interpretação integral da existência pessoal e do compromisso social e orienta-os na definição de um projeto de vida enriquecido pelos valores humanizados do Evangelho que dão conteúdo à liberdade e fundamento à dignidade e à responsabilidade pessoais”<sup>116</sup>.

Deste modo, a EMRC tem uma vasta visão e abrangência, educando para a diversidade, justiça e coesão social, tendo por base a mensagem cristã que impele à participação de todos na prossecução deste objetivo.

Porém, é interessante considerar que, muitas vezes, a disciplina de EMRC é confundida com a Catequese, por isso é necessário esclarecer que ambas mantêm uma

---

<sup>112</sup> Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, art.2.º

<sup>113</sup> Cf. Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, art. 3.º, n.º1, alíneas a) e b).

<sup>114</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *Carta Pastoral...op. cit.*, n.º 5.

<sup>115</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

relação de “distinção e complementaridade”<sup>117</sup>. São realidades com intencionalidades próprias e áreas de intervenção bem definidas, sendo que a EMRC procura “abranjer realmente os outros elementos do saber e da educação, de modo que o Evangelho penetre na mente dos alunos no terreno da sua formação e a harmonização da sua cultura se faça à luz da fé”<sup>118</sup>, enquanto que a Catequese pretende “formar e educar discípulos de Cristo pelo amadurecer da fé inicial (...) supõe o ensino orgânico e sistemático da doutrina cristã”<sup>119</sup>. Não obstante, Catequese e EMRC são, desta forma, “dois veículos dinamizadores da evangelização da ação pastoral da Igreja e do desenvolvimento da sociedade”<sup>120</sup>, o que é facto é que “a educação cristã na família, catequese e o ensino religioso escolar, cada um segundo as suas características específicas, estão intimamente relacionados, no serviço da educação cristã das crianças, dos adolescentes e dos jovens”<sup>121</sup>.

### 2. 1. A disciplina de EMRC no contexto escolar

A EMRC é “uma disciplina que se insere nos currículos dos ensinos Básico e Secundário, desde o 1º ao 12º ano de escolaridade”<sup>122</sup>. A sua importância no espaço escolar está relacionada, em primeiro lugar, com a suscitação de problemáticas ligadas à existência humana e, em segundo, por oferecer a todos os alunos uma interpretação profunda da vivência pessoal e da história. Através da sua lecionação pretende-se que “os alunos construam uma consciência livre, madura e responsável”<sup>123</sup>.

No entanto, esta “deve assumir plenamente as exigências e o carácter próprio da realidade escolar – seriedade dos programas, qualidade científica, participação no projeto educativo e didático da escola, medidas de avaliação, qualificação adequada aos professores”<sup>124</sup>.

Esta perspetiva é partilhada por Isabel Vilaça e Vítor Carmona que afirmam que as finalidades de EMRC refletem “as exigências de uma educação integral, que

<sup>117</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2006), *A Educação Moral...op. cit.*, nº8.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (24 de novembro de 2013), in *AAS* 105 (2013) 163.

<sup>121</sup> CONGREGAÇÃO PARA O CLERO (1997), *Diretório Geral de Catequese*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, p. 76.

<sup>122</sup> Tomaz SILVA NUNES, “Sobre as finalidades da Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano II, nº5 (2006), p. 75.

<sup>123</sup> Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano IX, nº26 (2013), p. 63.

<sup>124</sup> Deolinda SERRALHEIRO (1990), *A educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, p. 25.

enriqueça, por um lado, a cultura dos alunos, mas que, por outro, os ajude a encontrar respostas para as suas interrogações mais fundamentais, a interiorizar valores e a poderem desenvolver-se globalmente, como pessoas”<sup>125</sup>.

Neste sentido, o programa de EMRC pauta-se pela interdisciplinaridade e pela transversalidade. As principais finalidades são:

- “Apreender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Apreender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico religioso e da simbologia cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender e posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência”<sup>126</sup>.

Assim, a existência de um ensino religioso escolar justifica-se pela necessidade de dar resposta às exigências de uma educação integral, que contemple também a dimensão religiosa. Porque a EMRC, pela sua visão e abrangência, é uma disciplina que estabelece um compromisso com as demais disciplinas e prepara os alunos para assumirem com respeito e responsabilidade a realidade em que estão inseridos. É neste contexto que se compreende o papel desempenhado pela EMRC na escola. A este particular, é oportuno partilhar a opinião de Juan Ambrosio:

---

<sup>125</sup> Isabel VILAÇA e Vítor CARMONA, “Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano II, nº5 (2006) 95.

<sup>126</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, *A Educação Moral e Religiosa Católica ...*, op. cit., nº10; SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2014), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, p.5.

“A EMRC deve ajudar os alunos na linha de uma concretização e explicitação da dimensão religiosa específica do ser humano, não podendo, no entanto, exigir, da parte destes, respostas ditadas pela fé católica. O que a EMRC se propõe é ajudar os alunos a fazer o percurso do seu crescimento e da sua formação pessoal. Para isso, promove o conhecimento e o encontro com a experiência e a vivência da fé cristã católica, respeitando, porém, quer o processo educativo específico da escola, quer a consciência e liberdade dos alunos. Para alcançar este objectivo a EMRC propõe um caminho de indagação e busca, e não um caminho de endoutrinamento e proselitismo. [...] A EMRC constitui, nesta linha, uma excelente oportunidade de colaboração na construção de uma sociedade mais justa e mais humana, pelo que é necessário encorajar um diálogo entre todos os intervenientes neste processo, de modo não só a possibilitar mas a incentivar esta colaboração e este serviço mútuo”<sup>127</sup>.

A EMRC tem como objetivo ajudar os alunos a vencer as adversidades que lhes vão surgindo, fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para que, num ambiente de liberdade e responsabilidade, possam realizar-se e aperfeiçoar-se de uma forma contínua. Para Deolinda Serralheiro, o ensino religioso deve “ajudar os alunos em ordem à sua humanização, a confrontar-se, na totalidade da sua pessoa e de forma sistemática e responsável, com os verdadeiros problemas da vida e com o mistério último e global da existência (problema do sentido último) tais como são postos e resolvidos (...) pela religião bíblico-cristã (cristianismo)”<sup>128</sup>.

Neste âmbito, a EMRC desperta os alunos para um maior apreço aos valores morais, despertando-os para uma maior consciencialização na defesa de uma sociedade mais justa e fraterna, voltada para a alteridade e a diferença, para o valor do outro. Ao promover uma educação integral, a EMRC tem em linha de consideração “valores (como a solidariedade, a justiça, a bondade, o amor, entre outros) fulcrais na construção da sociedade e no crescimento equilibrado de pessoas maduras, autónomas e responsáveis perante si próprios e perante a sociedade”<sup>129</sup>.

Além disso, “(...) proporciona ao adolescente e ao jovem um espaço e um tempo de descoberta de si próprio e do mundo, possibilitando-lhe o exercício da mútua compreensão, cooperação e entajuda...”<sup>130</sup>.

---

<sup>127</sup> Juan AMBROSIO, *A Educação Moral...*, 449.

<sup>128</sup> Deolinda SERRALHEIRO, “*Especificidades e características ...*”, *art. cit.*, 33.

<sup>129</sup> COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2007), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica – Ensino Básico e Secundário*, p. 24.

<sup>130</sup> In <http://ecclesia.pt/>, acedido em 27 de fevereiro de 2016.

No entanto, para que tudo isto seja possível, é fundamental a existência e o precioso auxílio de professores competentes e capazes de difundir a mensagem cristã.

## 2. 2. *O perfil do professor de EMRC*

O professor de EMRC desempenha um papel fulcral no exercício da sua missão educativa enquanto testemunho vivo daquilo que ensina. Neste sentido, considera-se que ser professor é uma vocação, pois é chamado a colaborar, intervir e orientar a formação do “carácter e o espírito das novas gerações”<sup>131</sup>.

«É bela, portanto, e de grande responsabilidade, a vocação de todos aqueles que, ajudando os pais no cumprimento do seu dever e fazendo as vezes da comunidade humana, têm o dever de educar nas escolas. Esta vocação exige especiais qualidades de inteligência e coração, numa preparação esmeradíssima e uma vontade sempre pronta à renovação e adaptação»

(Grav. Ed. 5)<sup>132</sup>

O Papa Francisco lembra que “aprender os conteúdos é suficiente o computador, mas para compreender como se ama, para compreender quais são os valores e os costumes que criam harmonia na sociedade é necessário um bom professor”<sup>133</sup>. Embora comungando do perfil comum a todos os professores, resulta também que o professor de EMRC é possuidor de algumas especificidades. O Código de Direito Canónico (CIC) define e sintetiza o papel do professor de EMRC numa qualidade: a excelência e que estes “sejam notáveis pela exatidão da doutrina, pelo testemunho de vida cristã e pelas qualidades pedagógicas”<sup>134</sup>. Deste modo, o professor de EMRC é caracterizado como sendo testemunha, professor e educador. São estas três funções inseparáveis que o tornam um exemplo de conduta moral, detentor de uma personalidade e postura onde se consubstanciam a personalidade humana, a personalidade docente e a personalidade

---

<sup>131</sup> Jacques DELORS et al., *Educação, um tesouro a descobrir...*, op. cit., 131.

<sup>132</sup> In <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>, acessado em 27 de fevereiro de 2016.

<sup>133</sup> FRANCISCO, “*Papa Francisco desafia professores a estar presentes nas periferias*”, documento consultado no site da Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã – EDUCRIS, in <http://www.educris.com/v2/emrc/4879-papa-francisco-desafia-professores>, acessado em 28 de fevereiro de 2016.

<sup>134</sup> In [http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf), acessado em 28 de fevereiro de 2016.

crente<sup>135</sup>. O Secretariado Nacional da Educação Cristã<sup>136</sup> sintetizou da seguinte forma estas três dimensões do professor de EMRC:

### COMO EDUCADOR

- Inspira confiança no conhecimento e compreensão dos outros através de um diálogo franco e aberto, pelo qual se aproxima dos alunos, deixando-lhes transparecer uma irrefutável sensibilidade humana;
- Mantém uma relação pessoal destinada essencialmente a facilitar o desenvolvimento psicológico e intelectual dos alunos, extensível às suas famílias, com as quais se esforça por ter um contacto permanente;
- É exemplo na capacidade de acolhimento, na atitude dialogante, na relação com os alunos e os colegas, no tratamento dos programas, no modo como procura e assegura a interdisciplinaridade;
- Compromete-se na vida da escola, entendendo-a como uma comunidade educativa e não somente como um espaço onde se dão aulas;
- Participa activamente em todo o processo de aprendizagem, assumindo uma postura de mediador crítico em toda a acção educativa;
- Esforça-se por ser competente nos domínios científico e pedagógico.

### COMO TESTEMUNHO DE FÉ

- Sente a responsabilidade de dar testemunho, porque, sendo um profissional exemplar, esta realidade é valorizada pelo facto de ser um educador que testemunha uma autêntica vivência cristã;
- É uma pessoa de Esperança, com espírito jovem e, psicologicamente, adulto e maduro;
- Tem consciência da sua "vocação" e da "missão" recebida, dado tornar-se presença evangelizadora da Igreja na Escola, através do mandato do seu Bispo.

### DINAMISMO DA CONVERSÃO

- É um cristão, firme na Fé e fonte de espiritualidade;

---

<sup>135</sup> Cf. Tomaz NUNES (2005), *O perfil do docente de Educação Moral e Religiosa Católica*, in Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa, p. 93.

<sup>136</sup> <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>, acedido em 28 de fevereiro de 2016.

- É um cristão que salvaguarda, junto dos alunos, a vivência da Fé, e, junto de todos os outros membros do processo educativo, a dimensão espiritual da vida;
- É um cristão que compreende as mutações tecnológicas, económicas e sociais e que perscruta os sinais dos tempos nelas contidos;
- É um cristão que preserva e desenvolve o sentimento e os factores de identidade religiosa e cultural do Povo;
- É um cristão que reforça os valores morais e na actuação concreta;
- É um cristão que colabora com as estruturas existentes que se dedicam à implementação da justiça, da Paz e da Solidariedade para com os desprotegidos e marginalizados.

Para além destas características, o docente deve também mostrar as suas características pessoais, que tornam o seu desempenho genuíno e verdadeiro, que “aja pelo que ele vive e faz e não só pelo que diz”<sup>137</sup>. Deve ser um pedagogo, ter capacidade de acolhimento, surgir como uma atitude dialogante, inspirando confiança<sup>138</sup>. Deve, ainda, ser uma pessoa de esperança, psicologicamente madura e ter um espírito jovem, saber situar-se na realidade escolar, estar atento à vida, ser portador de espírito de iniciativa e competência científico-pedagógica”<sup>139</sup>.

Assim, por tudo o que até então foi dito, ser professor de EMRC exige ser um profissional informado, capaz de possibilitar conhecimentos e saberes, atento, inspirador, humilde e com uma boa dose de paciência e persistência, mas sobretudo um promotor de uma educação integral dos seus alunos, trabalhando de forma ativa e entusiasta na comunidade educativa.

Depois de feita uma reflexão sobre o papel da educação na sociedade e, particularmente da disciplina de EMRC, parece-nos oportuno referir que a educação tem um papel de elevado relevo na formação dos jovens. “A educação é fundamental para combater a ignorância, os estereótipos e a incompreensão das religiões (...)”<sup>140</sup>.

A disciplina de EMRC agrupa todo um conjunto de potencialidades que se revelam fundamentais na escola mas também na sociedade. Só ela é capaz de

<sup>137</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2002), *Carta Pastoral sobre a educação...op. cit.*, n.º14.

<sup>138</sup> Miguel GOMES (1989), *Perfil do professor de Religião e Moral*, in *Communio*, Ano VI, nº1, p. 88-96.

<sup>139</sup> *Ibidem*.

<sup>140</sup>, Jean-Paul WILLAIME (2006), *Escola Publica e Religiões na Europa de Hoje*, in *Communio* 4, p. 403-404.

proporcionar uma educação integral da pessoa humana, contemplando as dimensões: religiosa, social e cultural. Deve assumir-se como um espaço de encontro, de renovação, mas também reformador, na medida em que deve ensinar o jovem a “ser” e não apenas a “saber”. Nesta missão educativa é fundamental o papel do professor de EMRC que deve saber despertar consciências e capacidades dos alunos, tendo sempre em consideração valores como a liberdade, a justiça, a coesão social e a responsabilidade., de modo a fazer face a todas as interpelações, dúvidas e interrogações.

### **3. Pedagogia e didática da Unidade Letiva “A Dignidade da vida humana” do 9º ano de escolaridade**

Depois de feita a reflexão sobre a importância da disciplina de EMRC no contexto escolar e do perfil do professor de EMRC, iremos abordar a parte prática da PES, nomeadamente a pedagogia e a didática da Unidade Letiva. Para tal, passaremos a expor de seguida a contextualização programática da já referida unidade letiva, a descrição contextualizada da turma de intervenção, bem como as respetivas planificações e processo avaliativo.

#### **3. 1. Contextualização programática da Unidade Letiva**

Segundo o Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, a unidade letiva 1 – A dignidade da vida humana – corresponde a uma das três unidades propostas no programa do 9º ano do 3º Ciclo do Ensino Básico e direciona o seu enfoque para o valor da vida. Esta é sem dúvida uma das mais importantes unidades letivas pois propõe aos alunos uma reflexão e entendimento para o mais importante valor dos valores: a dignidade da vida humana. A vida é aqui entendida como uma dádiva de Deus, o primordial direito humano que deve ser preservado e respeitado pois trata-se de um dom gratuito de Deus. No entanto, existem inúmeros atentados à dignidade humana, sobretudo preconceitos sociais e raciais face a estrangeiros, a membros de religiões minoritárias, fanatismo religioso, a portadores de deficiência, a idosos e a doentes terminais, etc., e é neste sentido que a unidade letiva nos propõe a uma exploração e aprofundamento destas temáticas, defendendo sempre a dignidade e inviolabilidade da vida humana.

As metas curriculares abordadas nesta unidade letiva passam por reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana, reconhecer a proposta do agir

ético cristão em situações vitais do quotidiano, identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo e estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.

Para a lecionação desta unidade, optamos por agrupar os seus conteúdos em seis aulas, a decorrer no 1º período do ano letivo 2015/2016, conforme comprovam as planificações apresentadas numa fase posterior.

Assim, começamos por lecionar os conceitos de dignidade e a compreensão da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, a vida como uma dádiva de Deus e dar a vida pelo outro. Após assimilação destes conceitos, pareceu-nos oportuno mostrar grupos em desvantagem social e alguns exemplos de atentados à dignidade da vida humana, para que os alunos pudessem fundamentar e apontar atitudes promotoras de dignidade, tendo como base a “Parábola do Bom Samaritano”. Fizemos também uma breve abordagem a temas como aborto e a eutanásia com o objetivo de percebermos a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias.

A lecionação da unidade letiva foi concluída com uma síntese global dos conteúdos abordados na mesma, terminando-a de forma positiva e deixando bem claro o valor da vida e a necessidade de a respeitar, valorizar e preservar.

É importante ainda referir que durante todo o processo de planificação tivemos sempre em linha de atenção os acontecimentos da atualidade, acrescentando-os sempre que oportuno como foi o caso dos atentados de Paris, sem nunca deixar no entanto, o fio condutor que norteia as metas e os objetivos atingir.

### **3. 2. Descrição contextualizada da turma de intervenção**

Depois de realizada a contextualização programática da unidade letiva é tempo de direcionar a nossa atenção para o contexto da lecionação desenvolvida no Agrupamento de Escolas Doutor Francisco Sanches, na turma 4 do 9º ano de escolaridade, sob a orientação científica da Professora Doutora Isabel Varanda e da orientadora cooperante Professora Maria José Dias. Deste modo, numa primeira fase, vamos proceder a uma breve descrição da escola onde foi efetuada a lecionação, seguindo-se uma caracterização contextualizada da turma de intervenção. No entanto, antes de procedermos à descrição da referida escola, é oportuno relembrar o papel da escola.

Já aqui foi referido que a educação tem um papel de relevo na formação do ser humano e que esta resulta da parceria entre a sociedade, a família e a escola. A sua importância é cada vez mais urgente e necessária nos nossos dias, sendo a sua

influência sentida de forma intensa no desenvolvimento do ser humano. Este tem cada vez mais consciência da sua dignidade e responsabilidade e da necessidade de cultivar valores éticos e morais. É neste âmbito que a escola encontra o seu fundamento, educando para o desenvolvimento e para a formação de cada indivíduo, tornando-o um ser consciente e responsável. É considerada “uma comunidade educativa alargada, que integra alunos, a entidade responsável pela escola pública, estatal ou privada, os educadores, professores e pessoal não docente, os pais e outros encarregados de educação, a comunidade circundante”.<sup>141</sup>

A escola é o primeiro espaço social que a criança contacta após a experiência familiar, sendo o local por excelência para a realização de aprendizagens, para a estimulação e para o desenvolvimento, para a partilha de experiências e conhecimentos, competências essenciais para a aquisição e modelação de atitudes e comportamentos. Deste modo, a escola é muito mais do que um mero edifício, ela é um instrumento democrático, socializante e impulsionador da melhoria das condições de vida. Ela é o pulsar da sociedade, autora das gerações vindouras, um “corpo vivo onde corre sangue e lágrimas e risos, onde se toma o pulso e se escutam os ritmos da sociedade, onde, de sala em sala, e por todos os espaços, circulam correntes de conhecimento, dinâmicas de aprendizagem, desenvolvimento e prática de autonomia, princípio que instrui o direito inabalável à autodeterminação do projeto de vida de todo e de cada cidadão”.<sup>142</sup>

Assim, a escola integra todo um conjunto de características sociais e humanas decorrentes do meio onde se insere e que devem fazer parte do projeto educativo. É portanto, fulcral e insubstituível o seu papel na formação integral, equilibrada e harmoniosa dos jovens ao longo de todo o seu percurso escolar. Mas para que tal seja possível, impõe-se um ambiente escolar confortável, atento e protetor, em que os educandos vão “desenvolver o sentido de responsabilidade pessoal e formar-se para a cidadania (...), receber os conhecimentos (a memória) de uma comunidade, interpretar o quotidiano e projetar o futuro pessoal e social”.<sup>143</sup>

Após esta breve análise do papel da escola, é chegado o momento de descrever e caracterizar a escola de intervenção.

---

<sup>141</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2008), *Carta Pastoral sobre a escola em Portugal. Educação integral da pessoa humana*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, nº8.

<sup>142</sup> Isabel VARANDA, “Multiculturalidade e diversidade religiosa”, in *Communio*, XXIII (2006/4), p.397.

<sup>143</sup> Fernando MOITA, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano IX, nº 26 (2013), p. 54.

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches situa-se em Braga, “zona de maior dinâmica comercial da cidade, densamente habitada e paredes meias com o novo hospital, o Parque das Sete Fontes e a Universidade do Minho tem na escola sede um exemplo de edificado escolar moderno, com condições de excelência para o ensino em geral e para a prática desportiva em particular”<sup>144</sup>. É um estabelecimento público de ensino que agrega, além da escola com 2º e 3º ciclo, mais seis estabelecimentos de educação: EB1 de S. Victor, EB1/Jardim de Infância das Enguardas, EB1/Jardim de Infância do Bairro da Alegria, EB1/jardim de Infância da Quinta da Veiga, EB1 do Bairro da Misericórdia e Jardim de Infância da Quinta das Fontes, funcionando, cada um, em edifícios autónomos, com identidade e denominação próprias.

A escola EB2,3 Francisco Sanches integra uma parte considerável do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e cinco pavilhões que foram construídos na década de noventa do século XX. No entanto, a escola apresenta alguns *handicaps* nomeadamente a falta de espaços para a prática desportiva, a dispersão dos blocos e sua degradação, o que não invalida o facto de ser uma escola com qualidade voltada para a cidadania. As construções mais recentes são compostas por três blocos, dois deles integram a biblioteca, o centro de informática e outros serviços da escola e o primeiro andar está destinado a salas de aula. No amplo espaço exterior existem dois campos para a prática de Educação Física, assim como um pequeno edifício onde se localizam os balneários masculinos.

Desde o ano letivo de 1998/99, a escola Dr. Francisco Sanches faz parte do programa Escola Segura, que contempla por parte de dois elementos um serviço de vigilância permanente, bem como segurança e acompanhamento de alunos, com o claro intuito de os integrar na comunidade escolar e nas atividades que a escola propõe.

No que concerne à população escolar, é muito heterogénea sendo que parte significativa de alunos provém de famílias com poucos recursos económicos e com acesso insuficiente a bens culturais. Para além disso, apresentam baixos níveis de escolarização entre outros problemas, o que ajuda a compreender a inexistência de expectativas na aprendizagem dos filhos e a dificuldade de assimilação de regras, limites e comportamentos.

Neste sentido, é preocupação da escola combater casos de indisciplina e comportamento desadequado dos alunos, apelando a uma maior participação escolar dos

---

<sup>144</sup> [http://www.aefranciscosanches.pt/2016\\_01\\_caraterizacao\\_agrupamento.pdf](http://www.aefranciscosanches.pt/2016_01_caraterizacao_agrupamento.pdf), Acedido em 27 fevereiro 2016.

pais e Encarregados de Educação. Para além disso, as instalações e os respetivos recursos educativos também são alvo de alguma inquietação, nomeadamente o estado de deterioração dos mesmos, assim como a falta de atualização de computadores e respetiva monitorização. No entanto, o que mais preocupa são os casos de abandono escolar que o agrupamento tenta diminuir oferecendo um vasto leque de oferta formativa e apostando na integração de todos os alunos.

Relativamente à caracterização da turma de intervenção, a PES decorreu na turma 4 do 9º ano de escolaridade, da Escola Básica Dr. Francisco Sanches, do Agrupamento de Escolar Dr. Francisco Sanches. É composta por 20 alunos, 10 são do género masculino e 10 do género feminino. Importa referir que existiam alguns casos de alunos com NEE, nomeadamente dislexia e défice cognitivo. Apesar disso, e face ao acolhimento obtido, é possível tecer algumas considerações: é uma turma empenhada, participativa e motivada que cumpre com satisfação as tarefas propostas. Apresentam um comportamento exemplar, cumprindo facilmente as regras da sala de aula. Com um grande potencial crítico, assimilaram as competências previstas, fazendo intervenções oportunas e pertinentes.

De salientar que durante todo o percurso da PES, os alunos demonstraram motivação e interesse por todos os conteúdos lecionados, participando de forma ativa e organizada. Mostraram uma grande abertura perante os recursos e as estratégias utilizados, assim como grande empatia, espírito de cooperação, respeito e sentido de responsabilidade.

### **3. 3. Planificação da Unidade Letiva**

Antes de fazer uma planificação detalhada da unidade letiva 1 “a dignidade da vida humana”, convém salientar a importância da planificação, enquanto fio condutor desta reflexão. A planificação das atividades e dos conteúdos programáticos a lecionar é extremamente importante, pois dela depende o bom funcionamento da atividade docente.

Em primeiro lugar, podemos definir a palavra planificar como a conversão de uma ideia ou propósito num curso de ação<sup>145</sup>. Após um conhecimento prévio sobre a turma, nomeadamente o ritmo de trabalho, necessidades educativas especiais,

---

<sup>145</sup> Cf. Miguel ZABALZA (2000), *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, Edições ASA, Porto, p. 47.

comportamento, participação e empenho, é feita uma planificação para cada período letivo, privilegiando as unidades curriculares. Esta é uma planificação mais pormenorizada, feita aula a aula, implicando uma correta e adequada gestão do tempo e das atividades para que os conteúdos sejam lecionados. Estes devem ter sempre presente três articulações: laterais, verticais e horizontais.

Na planificação das aulas deve considerar-se três momentos essenciais. Num primeiro momento, as decisões pré-ativas<sup>146</sup> que correspondem às estratégias definidas pelo professor fora do contexto de sala de aula; o segundo às decisões interativas<sup>147</sup> que é tudo aquilo que o professor realiza dentro da sala de aula, em constante interação com os alunos; e o terceiro momento refere-se às decisões pró-ativas<sup>148</sup> que são reflexões elaborados pelo professor com o intuito de compreender as práticas pedagógicas utilizadas e aquelas que se coadunam com a turma de intervenção. Partindo destes conceitos basilares, pretende-se que os alunos no final da unidade letiva tenham consolidado todas as metas trabalhadas nas aulas.

A utilização de uma grelha uniformizada permite construir momentos de aula mais dinâmicos e interessantes. Aqui se registam as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, as estratégias de ensino, os recursos utilizados e a avaliação e o tempo de duração de cada aula. No entanto, é necessária também a elaboração de um plano mais pormenorizado da aula de forma a mostrar e evolução e desempenho de cada estagiário ao supervisor da universidade. Trata-se essencialmente de um texto descritivo que deve contemplar tudo o que se passou nas aulas, assim como documentos ou avaliações.

Face ao que foi exposto, passaremos de seguida a descrever as propostas de lecionação planificadas e implementadas na PES.

Na primeira aula da unidade letiva as metas a trabalhar são: **(Q)** reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana; interpretar produções textuais que aludem à dignidade da vida humana e **(M)** Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano. Mais especificamente pretende-se que os alunos sejam capazes de reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais e compreender o valor da vida. Deste modo, no final da

---

<sup>146</sup> Cf. José PACHECO (1996), *Curriculo: teoria e práxis*, Porto Editora, Porto, p. 104.

<sup>147</sup> *Ibidem*.

<sup>148</sup> *Ibidem*.

aula os alunos devem ter assimilado a definição de dignidade, compreender o valor da vida como dádiva de Deus, assim como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

A aula começa com o acolhimento e saudação aos alunos e com a respetiva apresentação. Regista-se o sumário e faz-se uma breve contextualização da unidade letiva 1 "dignidade da vida humana". A primeira estratégia utilizada é um brainstorming, em que os alunos dizem palavras relacionados com o que entendem por dignidade. De seguida, procede-se à apresentação de um filme sobre a dignidade com o objetivo de elucidar os alunos sobre a temática para depois construírem uma definição sobre a mesma.

O diálogo é a estratégia seguinte assim como a elaboração das tarefas do manual. Realizadas as tarefas, é tempo de proceder à correção das mesmas. A aula termina com a despedida entre professore e alunos.

Na 2.<sup>a</sup> aula pretende-se trabalhar as seguintes metas curriculares: reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (**Q**) e reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano (**M**). Com vista atingir esse propósito, pretende-se que os alunos sejam capazes de interpretar produções textuais que aludem à dignidade da vida humana, reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais e compreender o valor da vida. Assim, os conteúdos a desenvolver são a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, compreender o valor da vida humana nas religiões, o valor da vida, dar a vida pelo outro e dar a vida pela verdade libertadora.

A aula iniciar-se-á com a saudação e o acolhimento dos alunos. O passo seguinte é o registo do sumário da aula - revisões da aula anterior; o valor da vida humana nas religiões e introdução ao tema "o valor da vida".

Após uma breve revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior, é apresentado aos alunos um filme sobre a dignidade da vida humana, para que reconheçam o seu valor e importância. Terminado o filme, é chegado o momento de dialogar com os alunos sobre o mesmo, para, posteriormente, elaborarem algumas tarefas do manual relativamente à forma como as outras religiões abordam o respeito pela dignidade da vida humana, dando-lhes apenas 10 minutos para executar a tarefa. Esta revela-se importante para sensibilizar os alunos para estas questões da importância da vida como um bem supremo. Passados os 10 minutos é feita a correção da dita tarefa do manual assim como os devidos esclarecimentos.

Terminar-se-á a aula com a docente despedindo-se dos alunos.

A 3.<sup>a</sup> aula, que centrará o seu estudo no valor da vida e nos atentados à dignidade da vida humana, à semelhança da aula anterior tem como metas curriculares reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana (**Q**) e reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano (**M**).

Pretende-se que os alunos compreendam o verdadeiro valor da vida e que interpretem criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social. Os principais conteúdos a desenvolver são: o valor da vida, dar a vida pelo outro, dar a vida pela verdade libertadora e grupos em desvantagem social.

A aula começa com a respetiva saudação e acolhimento aos alunos. Segue-se a projeção no quadro do sumário - o valor da vida; atentados à dignidade da vida humana. O passo seguinte passa por uma breve revisão dos conteúdos da aula anterior, para depois os alunos comentarem a seguinte afirmação: “a vida humana é um valor primordial mas não absoluto”.

De seguida procede-se à visualização de um vídeo sobre os atentados à vida humana. Depois da sua visualização, o docente solicita aos alunos que se juntem em grupos com o intuito de elaborarem um comentário sobre os atentados à vida humana. Finda a elaboração do comentário de grupo, cada um destes expõe à turma o respetivo comentário, que é depois analisado e comentado. Feitos todos os comentários e análises, o docente termina a aula despedindo-se dos alunos.

Na 4.<sup>a</sup> aula serão desenvolvidos novamente conteúdos relacionados com o valor da vida. Deste modo, as metas curriculares a trabalhar são: identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo (**E**) e reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano (**M**). Neste sentido, os objetivos a atingir pelos alunos são o aprofundamento da mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana e identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana. Os principais conteúdos a desenvolver incidem sobre a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa e as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.

A aula inicia-se com a saudação e acolhimento dos alunos. É realizado no quadro o sumário da aula - o valor da vida; visualização de partes do filme “O rapaz do pijama às riscas”, introdução aos temas “ Mensagem cristã sobre o amor ao próximo” e “ a dignidade da vida humana em atitudes”, para todos registarem no caderno diário. A síntese da aula anterior é o passo seguinte, de modo a possibilitar uma melhor contextualização sobre o tema da aula.

O filme “o rapaz do pijama às riscas” que retrata alguns atentados à vida humana é a principal atividade da aula. Após a visualização do mesmo, serão realizadas algumas questões aos alunos de forma a avaliar o seu grau de atenção e concentração.

De seguida, o docente solicita aos alunos que procedam a uma leitura e respetiva análise da parábola do “Bom Samaritano”. Após a leitura, dar-se-á uma breve explicação do referido texto, e termina-se a aula com despedida dos alunos.

Na 5ª aula pretende-se que os alunos entendam a importância da Parábola do Bom Samaritano, do amor ao próximo e da dignidade da vida humana em atitudes. Com base neste propósito, as metas trabalhadas na aula são: identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo (**E**) e reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano (**M**). É fundamental que os alunos aprofundem a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana e que identifiquem as atitudes que promovem a dignidade da vida humana. Para o efeito, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa; e as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.

A aula iniciar-se-á com a saudação e o acolhimento dos alunos. Depois, projetar-se-á no quadro o sumário da aula - trabalho de grupo sobre o filme “o rapaz do pijama às riscas” e a Parábola do Bom Samaritano; “ a Mensagem cristã sobre o amor ao próximo” e “ a dignidade da vida humana em atitudes”. A revisão dos conteúdos lecionados na aula anterior impõe-se como a tarefa seguinte.

É projetado novamente o filme “O rapaz do pijama às riscas”, para de seguida, e em grupo, os alunos realizarem uma ficha de trabalho sobre o filme “O rapaz do pijama às riscas” e da Parábola do Bom Samaritano, cuja duração é de 15 minutos. Posteriormente proceder-se-á à análise e correção dos exercícios propostos.

A fase final da aula passará por uma síntese para melhor consolidação dos conteúdos abordados na aula. Depois disto, o docente dará a aula como terminada despedindo-se dos alunos.

Tendo em conta que esta será a última aula (6ª) que fecha a leção da UL, as metas curriculares a trabalhar serão: identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo (**E**), reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano (**M**) e estabelecer um diálogo entre a Cultura e a Fé (**L**). Os objetivos a atingir são o aprofundamento da mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana, a identificação de atitudes que promovem a dignidade da

vida humana e relacionar os dados da ciência, sobre a questão do início da vida humana, com a perspectiva da Igreja. Com este intuito, serão desenvolvidos os seguintes conteúdos: a parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa; as atitudes que promovem a dignidade da vida humana, o início da vida humana; o aborto; a eutanásia e a posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, *Evangelium Vitae*.

A aula começará com a saudação e o acolhimento dos alunos para, de imediato ser registado no caderno diário o sumário da aula – síntese global dos conteúdos abordados na unidade letiva; visualização de parte do filme “o rapaz do pijama às riscas”.

De seguida, será feita pelo docente uma síntese global referente aos conteúdos lecionados na unidade letiva, em que questionará os alunos sobre o significado da palavra “dignidade” e as palavras que pudemos associar para uma melhor definição da mesma. Feita a síntese, será projetada parte do filme “o rapaz do pijama às riscas”.

Após a visualização do filme, o docente terminará a aula despedindo-se dos alunos.

### **3. 4. Síntese e avaliação da prática letiva**

Finalizado o processo de leção da unidade letiva “ a dignidade da vida humana”, torna-se fulcral proceder a uma reflexão crítica sobre todo o trabalho desenvolvido, de modo analisar as potencialidades e constrangimentos inerentes a qualquer trabalho desta envergadura. Todos os projetos devem conter um “*plano de avaliação*”, que se estrutura em função do desenho do projeto e é acompanhado de mecanismos de autocontrolo que permitem conhecer os resultados e os efeitos da intervenção e corrigir as trajetórias caso essas sejam indesejáveis<sup>149</sup>. Miguel Guerra diz que, “ a avaliação deve ser um caminho que conduz à transformação da prática e não o movimento que se fecha em si mesmo.”<sup>150</sup>

A elaboração desta reflexão vai permitir fazer uma retrospectiva construtiva de todo o percurso da PES pois, mesmo quando refletimos acerca do que está finalizado há a possibilidade de construir novas visões e novas aprendizagens.

Assim, num primeiro momento, abordaremos a avaliação em geral para, num

---

<sup>149</sup> Miguel GUERRA (2002), “Una flecha en la Diana: la evaluación como aprendizaje”, in *Andalucía educativa*, 34, p.175.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p.7-9.

segundo momento proceder à avaliação de todo o processo efetuado na PES.

No que concerne à avaliação em geral, podemos referir que a avaliação pode ser diagnóstica, formativa e sumativa. A primeira permite avaliar e detetar as competências dos alunos numa fase inicial, enquanto a segunda se apresenta contínua, isto é, é feita ao longo do processo de lecionação e muitas vezes implica a mudança de recursos e de estratégias. Quanto à avaliação sumativa, é realizado no final de todo o processo e permite avaliar se os objetivos foram alcançados e a partir daí, emitir juízos de valor.

### **1ª AULA: A vida como dádiva de Deus**

A primeira aula decorreu no dia 4 de novembro de 2016, com uma duração de 45 minutos.

Esta aula teve como tema central a dignidade da vida humana e como objetivo principal dar a conhecer aos alunos a importância deste princípio basilar.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: o docente não se submeter tanto à exigência dos tempos definidos na planificação, tentando, através do diálogo com os alunos, atribuir uma menor importância a este facto.

Aspeto a salientar: bom empenho, interesse e atenção por parte dos alunos durante a aula.

### **2ª AULA: O valor da vida**

A segunda aula decorreu no dia 11 de novembro de 2015, com um tempo de 45 minutos.

Esta aula teve como tema central a defesa da dignidade da vida humana e a forma como a dignidade é abordada noutras religiões e como objetivo principal comunicar aos alunos a importância da vida como um bem supremo.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: melhor gestão do tempo, pois o diálogo com os alunos quase não deu para cumprir a planificação estipulada para a aula.

Aspeto a salientar: adesão muito satisfatória às atividades propostas pelo docente, colaboração em toda a dinâmica da aula com o mesmo e comportamento exemplar dos alunos.

### **3º AULA: Atentados à dignidade da vida humana**

A terceira aula decorreu no dia 18 de novembro de 2016, com um tempo de 45 minutos.

Esta aula teve como tema central o valor da vida e alguns atentados à dignidade da vida humana e como objetivo principal fornecer aos alunos a compreensão do valor da vida de modo a interpretarem criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: o tempo dado aos alunos para se expressarem esteve um pouco abaixo do necessário.

Aspeto a salientar: excelente comportamento tanto de grupo como individual, total empenho e colaboração com o docente na realização de todas as tarefas propostas.

### **4º AULA: Mensagem cristã sobre o amor ao próximo**

A quarta aula decorreu no dia 25 de novembro de 2016, com um tempo de 45 minutos.

A aula teve como tema central o valor da vida no contexto da unidade letiva a dignidade da vida humana e como objetivo principal a interpretação de diferentes textos relacionados com a dignidade da vida humana.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: nada de importante a salientar.

Aspeto a salientar: comportamento, empenho e motivação nas tarefas realizadas de forma exemplar na aula.

### **5º AULA: A dignidade da vida humana em atitudes**

A quinta aula decorreu no dia 2 de dezembro de 2016, com um tempo de 45 minutos.

Esta aula teve como tema central a análise do filme “o rapaz do pijama às riscas” e a “Parábola do Bom Samaritano”, com objetivo de compreender a importância do amor ao próximo e a dignidade da vida humana em atitudes.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: os últimos cinco minutos poderiam ser aproveitados de uma forma mais objetiva.

Aspeto a salientar: boa gestão da sala de aula, a metodologia eficaz, atividade de grupo excelente, boa coordenação de trabalho de grupo e excelente comportamento dos alunos em todas as atividades.

### **6º AULA: A dignidade da vida humana em atitudes.**

A sexta aula decorreu no dia 9 de dezembro de 2016, com um tempo de 45 minutos.

Esta aula teve como principal objetivo uma síntese global dos conteúdos lecionados na unidade letiva, pois era a última aula. O objetivo era perceber se os alunos tinham compreendido e apreendido esses conteúdos.

Pontos fortes: as metas curriculares foram atingidas, os objetivos alcançados e a planificação cumprida.

Pontos de melhoria: no que se refere ao último tema – eutanásia, aborto, devido à sua complexidade de texto, poderia ter-se optado por uma apresentação de imagens e áudio para relembrar os alunos, visto que só tinham abordado o tema com o docente titular de turma.

Aspeto a salientar: colaboraram em todas as tarefas propostas pelo docente, participaram de forma ativa e mais uma vez demonstraram um comportamento exemplar.

Terminada a avaliação da unidade letiva importa referir que esta permitiu a aquisição de um significativo conjunto de aprendizagens. Os conteúdos planificados para cada aula foram cumpridos na íntegra e explorados de forma satisfatória, havendo sempre espaço para a intervenção e colaboração dos alunos, que dessa forma contribuíram para o enriquecimento dos mesmos. Reconhecemos, no entanto, que o tempo disponibilizado para que os alunos exprimissem as suas opiniões não era muito, devido ao facto de haver metas e planos a cumprir, desejava-se mais tempo para a intervenção dos mesmos, pois esse é o aspeto mais enriquecer e importante numa sala de aula.

No que aos recursos utilizados diz respeito, é importante referir que se revelaram fundamentais e adequados, funcionando de forma produtiva e assertiva. Não menos importante é a contribuição de todos os alunos, que revelam um empenho, dedicação e colaboração admiráveis, assimilando todos os conteúdos lecionados.

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-bottom: 10px;"><b>Domínios</b></div> <p><b>Q.</b> Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p>- Interpretar produções textuais que aludem à dignidade da vida humana.</p> <p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>- Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.</p> <p>- Compreender o valor da vida.</p>	<p>- A definição de dignidade.</p> <p>- Compreender o valor da vida como dádiva de Deus.</p> <p>- A Declaração Universal dos Direitos Humanos.</p>	<p>- Registo do sumário Acolhimento aos alunos</p> <p>- Breve contextualização da unidade letiva 1: “Dignidade da Vida Humana”.</p> <p>- Brainstorming sobre a palavra dignidade. a) Recolha de palavras sobre o que os alunos entendem por dignidade. b) Apresentação de um filme sobre a dignidade. c) Construção de uma definição de dignidade.</p> <p>- Diálogo com os alunos e elaboração das tarefas do manual.</p> <p>- Correção das tarefas do manual.</p>	<p>- Caderno diário Quadro e caneta</p> <p>- Manual e Caderno diário.</p> <p>- Projetor.</p> <p>- Computador</p>	5 m	<p>- Assiduidade e pontualidade Empenho</p> <p>- Participação organizada</p> <p>- Respeito pelos outros.</p> <p>- Atenção.</p> <p>- Cumprimento das tarefas propostas.</p>
					5 m	
					20 m	
					10 m	
					5 m	

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<div data-bbox="40 523 235 743" style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-bottom: 10px;"><b>Domínios</b></div> <p><b>Q.</b> Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p> <p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>- Interpretar produções textuais que aludem à dignidade da vida humana.</p> <p>- Reconhecer a dignidade e a inviolabilidade da vida humana como eixo dos valores morais.</p> <p>- Compreender o valor da vida.</p>	<p>- Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.</p> <p>- O valor da vida humana nas religiões.</p> <p>- O valor da vida.</p> <p>- Dar a vida pelo outro.</p> <p>- Dar a vida pela verdade libertadora.</p>	<p>- Acolhimento.</p> <p>- Registo do sumário.</p> <p>- Breve revisão da aula anterior.</p> <p>- Visualização de um filme sobre a dignidade da vida humana.</p> <p>- Diálogo com os alunos e elaboração das tarefas do manual.</p> <p>- Correção das tarefas do manual.</p>	<p>- Quadro e caneta.</p> <p>- Manual do aluno.</p> <p>- Caderno diário.</p> <p>- Computador.</p> <p>- Filme</p>	<p>5 m</p> <p>5 m</p> <p>15 m</p> <p>10 m</p> <p>10 m</p>	<p>- Observação direta</p> <p>- Participação organizada</p> <p>- Respeito pelos outros.</p> <p>- Atenção.</p> <p>- Cumprimento das tarefas propostas.</p> <p>- Qualidade das respostas dos alunos.</p>

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<p><b>Q.</b> Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.</p>	<p>- Compreender o valor da vida.</p> <p>- Interpretar criticamente factos sociais sobre a situação de grupos minoritários em desvantagem social.</p>	<p>-O valor da vida.</p> <p>- Dar a vida pelo outro.</p> <p>- Dar a vida pela verdade libertadora.</p> <p>- Grupos em desvantagem social.</p>	<p>- Acolhimento.</p> <p>- Registo do sumário.</p> <p><b>Atividade:</b> Através do diálogo o professor solicita aos alunos que comentem a afirmação “a vida humana é um valor primordial mas não absoluto”.</p>	<p>Caderno diário</p> <p>Quadro e caneta</p>	5 m	Assiduidade e pontualidade
			<p>Visualização de um vídeo sobre os atentados à vida humana.</p> <p><b>Atividade:</b> o docente solicita aos alunos que se juntem em grupos e que elaborem um comentário sobre os atentados à vida humana.</p>	<p>Manual do aluno</p> <p>Computador com ligação à internet</p> <p>Vídeo disponível em <a href="https://www.youtube.com/ataquesemparisfazemdezenasdemortos">https://www.youtube.com/ataquesemparisfazemdezenasdemortos</a>.</p>	10 m	Atenção, empenho e participação na aula
<p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p>			<p>Analisar e comentar o trabalho de grupo.</p>		5 m	Cumprimentos das regras de sala de aula
					15 m	Atenção e concentração
					10 m	Cooperação com os colegas
						Cumprimento das tarefas propostas

**Domínios**

**Aula nº4: Mensagem cristã sobre o amor ao próximo**

Ano: 9º | Turma:

**SUMÁRIO:** O valor da vida. Visualização de partes do filme “O rapaz do pijama às riscas”.

Data: 25/11/2015

Introdução aos temas “ Mensagem cristã sobre o amor ao próximo” e “ a dignidade da vida humana em atitudes”.

Tempo previsto: 45 min

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<div data-bbox="35 523 230 743" style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-bottom: 10px;"><b>Domínios</b></div> <p><b>E.</b> Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>- Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.</p> <p>- Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p>	<p>- A parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa.</p> <p>- As atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p>	<p>- Acolhimento.</p> <p>- Registo do sumário.</p> <p><b>Atividade:</b> Revisões da aula anterior.</p>	<p>Caderno diário</p> <p>Quadro e caneta</p> <p>Manual do aluno</p> <p>Computador</p> <p>Projetor de vídeo</p>	5 m	Assiduidade e pontualidade Empenho
			<p>Visualização de partes do filme “o rapaz do pijama às riscas”.</p> <p><b>Atividade:</b> o docente solicita aos alunos que procedam a uma leitura e respetiva análise da parábola do “Bom Samaritano”.</p>		5 m	Atenção, empenho e participação na aula
					25 m	Cumprimentos das regras de sala de aula
					10 m	Atenção e concentração
						Cooperação com os colegas
						Cumprimento das tarefas propostas

**Aula nº5: A Dignidade da vida humana em atitudes**

Ano: 9º | Turma:

**SUMÁRIO:** Trabalho de grupo sobre o filme “O rapaz do pijama às riscas” e a Parábola do

Data: 02/12/2015

Bom Samaritano. “ A Mensagem cristã sobre o amor ao próximo” e “ a dignidade da vida humana em atitudes”.

Tempo previsto: 45 min

**Domínios**

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<p><b>E.</b> Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p>	<p>Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.</p> <p>- Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p>	<p>- A parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa.</p> <p>- As atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p>	<p>- Acolhimento.</p> <p>- Registo do sumário.</p> <p><b>Atividade:</b> Revisões da aula anterior.</p>	<p>Caderno diário</p> <p>Quadro e caneta</p> <p>Manual do aluno</p> <p>Computador</p> <p>Projetor de vídeo</p>	5 m	<p>Assiduidade e pontualidade</p> <p>Empenho</p> <p>Atenção, empenho e participação na aula</p> <p>Cumprimentos das regras de sala de aula</p> <p>Atenção e concentração</p> <p>Cooperação com os colegas</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p>
			<p>Projeção da atividade de grupo sobre o filme “O rapaz do pijama às riscas”.</p>		5 m	
			<p><b>Atividade:</b> o docente solicita aos alunos que procedam à formação de grupos para a realização de uma ficha de trabalho sobre o filme “O rapaz do pijama às riscas” e da Parábola do Bom Samaritano.</p>		5 m	
			<p><b>Atividade:</b> Análise e correção dos exercícios propostos.</p>		15 m	
			<p><b>Atividade:</b> Síntese e consolidação dos conteúdos abordados na aula.</p>		10 m	
					5 m	

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin-bottom: 10px;"><b>Domínios</b></div> <p><b>E.</b> Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.</p> <p><b>M.</b> Reconhecer a proposta do agir ético cristão em situações vitais do quotidiano.</p> <p><b>L.</b> Estabelecer um diálogo entre a Cultura e a Fé.</p>	<p>- Aprofundar a mensagem cristã sobre o amor ao próximo e a dignidade da vida humana.</p> <p>- Identificar as atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p> <p>- Relacionar os dados da ciência, sobre a questão do início da vida humana, com a perspectiva da Igreja.</p>	<p>- A parábola do Bom Samaritano: Lc 10, 25-37, valorizar a vida, tornando-se próximo de quem precisa.</p> <p>- As atitudes que promovem a dignidade da vida humana.</p> <p>- Início da vida humana.</p> <p>- O aborto.</p> <p>- A eutanásia.</p> <p>-A posição da Igreja Católica na defesa da vida em todas as circunstâncias, Evangelium Vitae.</p>	<p>Registo do sumário Acolhimento aos alunos</p> <p><b>Atividade:</b> Síntese e consolidação dos conteúdos abordados na unidade letiva.</p> <p><b>Atividade:</b> Projeção de parte do filme “O rapaz do pijama às riscas”.</p>	<p>Caderno diário Quadro e caneta</p> <p>Manual do aluno</p> <p>Computador</p> <p>Projetor de vídeo</p>	<p>5 m</p> <p>10 m</p> <p>30 m</p>	<p>Assiduidade e pontualidade Empenho</p> <p>Atenção, empenho e participação na aula</p> <p>Cumprimentos das regras de sala de aula</p> <p>Atenção e concentração</p> <p>Cooperação com os colegas</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p>

## CONCLUSÃO

Terminada a elaboração do relatório da Prática de Ensino Supervisionada, é chegado o momento de proceder a um balanço final.

Antes de mais, é importante referir que esta foi uma experiência muito positiva, laboriosa e gratificante, pautada por momentos e etapas importantes na aquisição de conhecimentos, partilhas e aprendizagens, que serão certamente uma mais valia para um futuro profissional enquanto docente.

O tema estudado permitiu-nos: por um lado, conhecer melhor as ideias subjacentes ao princípio da dignidade da vida humana; e por outro, a importância da educação, sobretudo da disciplina de EMRC, enquanto verdadeiro instrumento, capaz de suscitar um entendimento da pessoa para a grandeza da vida, da pessoa e da sua dignidade.

A primeira conclusão a retirar deste estudo é a de que vivemos tempos conturbados mas ao mesmo tempo de esperança. Se por um lado, assistimos ao emergir de um certo totalitarismo em que se ignora um dos mais importantes valores, o valor da vida e o direito que cada ser humano tem à sua dignidade, de modo a levar as suas pretensões até ao fim, por outro, proliferam casos de solidariedade e de denúncia e de inconformidade perante as violações dos direitos humanos, fazendo-nos acreditar que sempre é possível a transformação.

O que é facto é que vivemos numa sociedade multicultural, caracterizada por novas crenças e dinâmicas e por uma pluralidade de situações de viver e acreditar, orientadas segundo um questionamento do sentido da vida e da sua orientação. Perante este quadro, e no âmbito das nossas responsabilidades enquanto pessoas, cristãos, cidadãos e docentes de EMRC, devemos ser uma mais voz ativa diante dos alunos na defesa da vida e da dignidade humana. Neste sentido, a EMRC concretiza a sua acção através de uma educação voltada para a Cidadania, para os direitos humanos, o espaço por excelência da esperança, da solidariedade, do diálogo, da justiça e da igualdade.

Outra conclusão a reter é a de que, tendo em conta as primeiras e profundas mudanças que se vive, a EMRC propõe-se ajudar os alunos a intervir na sociedade, desenvolvendo, para o efeito, a sua consciência de uma forma progressiva, evolutiva e autónoma. Isto é, proporciona aos jovens todos os recursos e ferramentas necessárias para que se possam desenvolver, tomar decisões, vencer obstáculos, conhecerem-se a si próprios e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Bíblia

BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos.

### 2. Magistério da Igreja

BENTO XV (2009), Carta Encíclica *Pacem Dei Munus*, in *AAS* 12,6 (21 de maio de 1920).

BENTO XVI (2005), *Deus é amor*, Carta Encíclica «*Deus Caritas est*», dado em 25 de dezembro de 2005, Editorial A.O., Braga.

BENTO XVI (2009), *Caritas in veritate*, *A Caridade na Verdade*, dado em 29 de junho de 2009, Paulus, Lisboa.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Gravissimum Educationis* (28 de outubro de 1965), in *AAS* 58 (1966) 728-739.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Notra Aetate* (28 de Outubro de 1965), in *AAS* 58 (1966) 740-744.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, (7 de dezembro de 1965), in *AAS* 58 (1966) nº41.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (7 de dezembro de 1965), in *AAS* 58 (1966) 1025-1115.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Declaração *Dignitatis et Humanae* (07 de dezembro de 1965), in *AAS* 58 (1966) 929-941.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II (1987), Declaração sobre a liberdade Religiosa *Dignitatis Humanae*, in Vaticano II. *Documentos Conciliares*, União Gráfica, Braga.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, nº22, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1998, pp. 181-302.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução *Dignitas Personae* (8 de Setembro de 2008) in *AAS* 100 (2008) nº36.

FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, in *AAS* 105 (24 de novembro de 2013) 1019-1137.

FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, in *AAS* (24 de novembro de 2013), nº87.

FRANCISCO, *Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais*, in *AAS* 106 (24 de janeiro de 2014), 114.

Francisco (24 de novembro de 2013), Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, in *AAS* 105 (2013) 163.

FRANCISCO (dia 27 de novembro de 2014), *Entre a dignidade e a transcendência* in *L'Osservatore Romano*.

PIO XII, Carta Encíclica *Summi Pontificatus* (20 de outubro de 1939) in *AAS* 31 (1939) 413-594.

JOÃO XXIII, Carta Encíclica *Pacem in Terris*, in *AAS* 55,5 (11 de abril de 1963) 257.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in *AAS* 87 (1995), nº3.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in *AAS* 87 (1995), nº33.

JOÃO PAULO II (25 de março de 1995), Carta Encíclica *Evangelium Vitae*, in *AAS* 87 (1995) nº53.

JOÃO PAULO II, Carta Apostólica aos Jovens do Mundo no Ano Internacional da Juventude (31 de março de 1985) in *AAS* 77 (1985) 579-628.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Evangelium Vitae* (25 de março de 1995) in *AAS* 87 (1995) 401-522.

JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Centesimus Annus* (1 de maio de 1991) in *AAS* 83 (1991) 794-867.

JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores *Dabo Vobis* (25 de março de 1992) in *AAS* 84 (1992) 658-804.

JOÃO PAULO II, *Discurso na Academia Pontifícia da Universidade de Teologia e de S. Tomás de Aquino* (8 de novembro de 2001) *AAS* 94 (2002) nº3.

JOÃO PAULO II, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Oceania* (22 de Novembro de 2001) in *AAS* 94 (2002) 361-428.

SECRETARIA GERAL DO SÍNODO DOS BISPOS, “*Relatio Synodi* da III Assembleia Geral Extraordinária do Sínodo dos Bispos em 18 de outubro de 2014”, in *Lumen – Revista de Documentação e Reflexão Pastoral*, Ano 75, nº6 (2014) nº5.

SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2014), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa.

### 3. Conferência Episcopal Portuguesa

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (1998), *Carta Pastoral da Conferência Episcopal nos Cinquenta Anos da Aprovação e Adopção da Declaração Universal dos Direitos do Homem*, Lisboa.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2000), *A Igreja na Sociedade democrática, carta pastoral*, Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa, Lisboa.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2001), *Crise de Sociedade, Crise de Civilização*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, nº2.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2006), *A Educação Moral e Religiosa Católica: um valioso contributo para a formação da personalidade*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2008), *Carta Pastoral sobre a escola em Portugal. Educação integral da pessoa humana*, Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, nº8.

### 4. Legislação

Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, art.2.º.

Decreto-Lei n.º 70/2013, de 23 de maio, art. 3.º, n.º1, alíneas a) e b).

### 5. Bibliografia Complementar

ALBARELLO, Luc, et. all.,( 2005), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações.

AMBROSIO, Juan, “A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Pública”, in *Communio*, 5 (2001/5).

BACQ, Philippe e THEOBALD, Cristoph (2013), *Uma nova oportunidade para o Evangelho*, Paulinas Editora, Lisboa.

BARBOSA, Manuel (2006), *Educação e cidadania. Renovação da Pedagogia*, Amarante, Ágora.

BENEVIDES, Maria Victoria (2000), **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**, in *Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos*, São Paulo, 18/02/2000.

BERGOGLIO; A. SKORKA; M. FIGUEIROA (2014), “A Dignidade”, in *Coleção Diálogos de fé*, Saraiva Editores.

- BOBBIO, Norberto (1992), *A era dos direitos*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- CASSIERER, Ernst (1966), *La Philosophie des Lumières*, Trad. Francesa, Paris, p.64, in Teles Basílio, Sampaio Bruno (1995) *Percursos da Secularização em Portugal: Basílio Teles e Sampaio Bruno*, in revista *Nova Renascença*, Porto.
- CATROGA, Fernando (2010), *Entre deuses e césores. Secularização, laicidade e religião civil*, Almedina, Lisboa.
- CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (1999), Gráfica de Coimbra, Coimbra.
- CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.
- CHALITA, Gabriel (2001), *Educação: a solução está no afeto*, Gente, São Paulo.
- CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ (2005), *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, Editora Principia, Cascais.
- CONGREGAÇÃO PARA O CLERO (1997), *Diretório Geral de Catequese*, Gráfica de Coimbra, Coimbra.
- COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2007), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Ensinos Básico e Secundário*, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa.
- DUQUE, João (2011), *Ambiguidades da secularização entre modernidade e pós-modernidade*, Cultura e Comunicação, nº 11.
- DELORS, Jacques et al. (1996), *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre a educação para o século XXI*, Edições Asa, Lisboa.
- ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA* (1974), vol.16, Lisboa: Editorial Verbo.
- FRANCISCO (2013), Exortação Apostólica sobre o anúncio do evangelho no mundo actual (*Evangelii Gaudium*), Paulus Editora, Lisboa.
- GUERRA, Miguel (2002), “Una flecha en la Diana: la evaluación como aprendizaje”, in *Andalucía educativa*, 34.
- GUERRA, Isabel (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*, Estoril: Principia.
- GOMES, Miguel (1989), *Perfil do professor de Religião e Moral*, in *Communio*, Ano VI, nº1.

HERVIEU-LÉGER, Danièle (2005), *O peregrino e o convertido. A religião em movimento*. Tradução Portuguesa de Catarina Silva Nunes, Lisboa: Gradiva.

JOÃO PAULO II (1979), Encíclica *Redemptor Hominis*, 1ª Carta Encíclica, Editorial A.O., Braga, 5ª Edição.

JOÃO PAULO II (1995), Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana (*Evangelium Vitae*), Editorial A. O., Braga.

KANT, Immanuel, (1995), *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Edições 70, Lisboa.

LASCH, Christopher, *Le Complexe de Narcisse*, Paris, Robert Laffont (1980), citado em A. T. FERNANDES, Individualismo, Subjectividade e Relação social.

LIPOVETSKY, Gilles (2010), *A Cultura-Mundo. Resposta a uma Sociedade Desorientada*, Lisboa, Ed.70.

MARQUES, Ramiro. (2000). *Dicionário Breve de Pedagogia*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, Ramiro (2003), *Valores éticos e Cidadania na Escola*, Editorial Presença, Lisboa.

MOITA, Fernando (2013), “A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano IX, nº 26.

MOREIRA, A. (2001). O mundo e os desafios à educação. In Q. J. P. Silva (Coord.). *Pessoa, cultura, fé. Fórum do Ensino Religioso em Portugal*. Torres Novas: SNEC.

MOLTMANN, Jürgen (1979), *La Dignidad humana*, Ediciones Sígueme, Salamanca.

MOITA, Fernando, “A missão do professor de EMRC no contexto da escola actual”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano IX, nº26 (2013).

NETO, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa: INCM.

PACHECO, José (1996), *Currículo: teoria e prática*, Porto Editora, Porto.

PACHECO, José Augusto (2001), *Currículo: teoria e prática*, Porto Editora, Porto.

POLICARPO, D. José da Cruz (1999), “A Educação Moral e Religiosa Católica ao serviço da construção da pessoa”, Fórum do Ensino Religioso em Portugal, *Pessoa, Cultura e Fé*, Ensino Religioso Escolar 1, Secretariado Nacional da Educação Cristã.

RATZINGER, Joseph (2006), *Olhar para Cristo, exercícios de fé, esperança e caridade*, Edições Tenacitas, Coimbra.

RODRIGUES, A.R. (2008), *A Dignidade da Pessoa Humana e os seus Direitos*. Estoril: Editora Principia.

ROMERO, María, *Aproximación al currículo oculto en el sistema educativo - La Pedagogia Cristiana*, in *Communio*, año 14, mayo-junio 92.

SERRALHEIRO, Deolinda, *Especificidades e características do Ensino Religioso Escolar*, in *Communio*, VI 1989/1.

SERRALHEIRO, Deolinda (1990), *A educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, Editora Rei dos Livros, Lisboa, p. 25.

SPADARO, Antonio (2014), *O sonho do Papa Francisco. Os jovens no coração da Igreja*, Paulinas Editora, Lisboa.

SILVA, Q. P. (2001). A disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica no Sistema Educativo Português. Coleção: *Ensino religioso Escolar, nº3*. In *Actas do I Congresso de Professores de educação Moral e Religiosa Católica*. Lisboa: SNEC.

SARAIVA, António José (1983), *A cultura em Portugal II – Primeira Época: A Formação*.

VAZ DE ANDRADE, Júlio (1992), *Os valores na formação pessoal e social*, Texto Editora, Lisboa.

SILVA NUNES, Tomaz (2005), *O Perfil do Docente de Educação Moral e Religiosa Católica*, in Fórum de Educação Moral e Religiosa Católica, SNEC, Lisboa.

SILVA NUNES, Tomaz (2006), “Sobre as finalidades da Educação, Moral e Religiosa Católica”, In *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano II, nº 5, Lisboa: SNEC.

TAYLOR, Charles (2012), *A era secular* (A secular age 2007), Lisboa: Edições Piaget.

TEDESCO, Juan (2000), *O novo pacto educativo*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.

TELES, Basílio, SAMPAIO, Bruno (1995), *Percursos da Secularização em Portugal: Basílio Teles e Sampaio Bruno*, in revista *Nova Renascença*, Porto.

TOLDY, Teresa, (2013), “A Secularização da sociedade portuguesa no contexto das modernidades múltiplas”, in *Didaskalia*, XLIII.

VARANDA, Isabel, “Multiculturalidade e diversidade religiosa”, in *Communio*, XXIII (2006/4).

VEIGA, Américo (2005), *A educação hoje*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto.

VEIGA, Américo (2003), *A Educação Hoje. A realização integral e feliz da pessoa humana*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto

VILAÇA, Isabel & CARMONA, Vítor (2006), Os contextos pedagógicos e educativos da EMRC. In A. M. A. Cabral (Coord.). *Educação Moral e Religiosa Católica: Um valioso contributo para a formação da personalidade*. Lisboa: SNEC.

VILAÇA, Isabel e CARMONA, Vítor, “Os contextos pedagógicos e educativos da Educação Moral e Religiosa Católica”, in *Pastoral Catequética – Revista de Catequese e Educação*, Ano II, nº5 (2006) 95.

WILLAIME, Jean-Paul (2006), *Escola Publica e Religiões na Europa de Hoje*, in *Communio* 4, p. 403-404.

ZABALZA, Miguel (2000), *Planificação e desenvolvimento curricular na escola*, Edições ASA, Porto.

## **8) Netgrafia**

CARNEIRO, R. (1998). *Educação e comunidades humanas revivificadas: uma visão da escola socializadora do novo século*. In Jacques Delors (1998). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez Editora, disponível em <http://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura>.

CONSELHO NACIONAL DE ETICA PARA AS CIENCIAS DA VIDA (1999) - *Reflexão Etica sobre a Dignidade Humana* (documento de trabalho 26/CNECV/99), p. 4, in <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37739/1/Doc.%201%20-%20Dignidade%20da%20Pessoa%20no%20Fim%20da%20Vida%20-%20Boletim%20do%20HSM%20-%202002.pdf>, acedido em 10 de abril de 2016.

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA, *Documento de Trabalho sobre a Dignidade da Vida*, in [http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936\\_P026\\_DignidadeHumana.pdf](http://www.cnecv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf), acedido em 24 de abril de 2016.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2002), *Carta Pastoral: Educação, Direito e Dever – missão nobre ao serviço de todos*. Lisboa: CEP. Acedido em 27 de fevereiro de 2016, disponível em

<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/documentos/educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos>.

EDUCRIS <http://www.educris.com/v2/120-perfil/920-ser-professor-de-emrc>, acedido em 27 de fevereiro de 2016.

"Es gracias a su acto de ser, dotado de una intensidad única, que ella poseen una dignidad constitutiva." In: ADORNO, Roberto (1998) - *Bioética y dignidad de la persona*. Madrid Editorial Tecnos, p. 56, in

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/37739/1/Doc.%201%20-%20Dignidade%20da%20Pessoa%20no%20Fim%20da%20Vida%20-%20Boletim%20do%20HSM%20-%202002.pdf>, acedido em 10 de abril de 2016.

ESCOLA FRANCISCO SANCHES

[http://www.aefranciscosanches.pt/2016\\_01\\_caraterizacao\\_agrupamento.pdf](http://www.aefranciscosanches.pt/2016_01_caraterizacao_agrupamento.pdf), acedido em 27 fevereiro 2016.

FRANCISCO, PAPA (24 de Janeiro de 2014), *Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro*. Disponível em:

[http://www.vatican.va/holy\\_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/francesco/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali_po.html)

FRANCISCO, “*Papa Francisco desafia professores a estar presentes nas periferias*”, documento consultado no *site* da Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã – EDUCRIS, in <http://www.educris.com/v2/emrc/4879-papa-francisco-desafia-professores>, acedido em 28 de fevereiro de 2016.

GLOBAL VOICES <https://pt.globalvoices.org/2013/12/09/17-frases-de-nelson-mandela-que-todo-mundo-deveria-ler/>, acedido em 13 fevereiro 2016.

JOÃO PAULO II, Papa (1980), *Discurso na Sede da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO*. Paris, 2 de Junho de 1980, disponível em

[http://www.vatican.va/holy\\_father/john\\_paul\\_ii/speeches/1980/june/documents/hf\\_jp-ii\\_spe\\_19800602\\_unesco\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1980/june/documents/hf_jp-ii_spe_19800602_unesco_po.html), acedido em 27 de fevereiro de 2016.

KANT, Immanuel, *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Edições 70, p. 77, citado por Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) in

[http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936\\_P026\\_DignidadeHumana.pdf](http://www.cneqv.pt/admin/files/data/docs/1273058936_P026_DignidadeHumana.pdf),  
acedido em 9 de maio de 2016.

MARTINS, Rui (15 de novembro de 2014), “*Papa Francisco pede ‘cultura do encontro’, com mais pontes e sem muros*”, documento acessado no site do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura, in  
[http://www.snpcultura.org/papa\\_pede\\_cultura\\_do\\_encontro\\_com\\_mais\\_pontes\\_e\\_sem\\_muros.html](http://www.snpcultura.org/papa_pede_cultura_do_encontro_com_mais_pontes_e_sem_muros.html) <http://noticias.sapo.ao/info/artigo/1349995.html>, acessado em 24 de março de 2016.

[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2750/1/CIES-WP103\\_Queiroz.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2750/1/CIES-WP103_Queiroz.pdf)

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Instrução sobre algumas questões de Bioética (*Dignitas Personae*), 37, in  
[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_20081208\\_dignitas-personae\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20081208_dignitas-personae_po.html). Acessado em 25 de abril de 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO)

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, Acessado em 10 de abril 2016.

VATICANO [https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/document\\_s/papa-francesco\\_20130708\\_omelia-lampedusa.html](https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2013/document_s/papa-francesco_20130708_omelia-lampedusa.html)

VATICANO [http://www.vatican.va/archive/cod-iuriscanonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](http://www.vatican.va/archive/cod-iuriscanonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf), acessado em 28 de fevereiro de 2016.

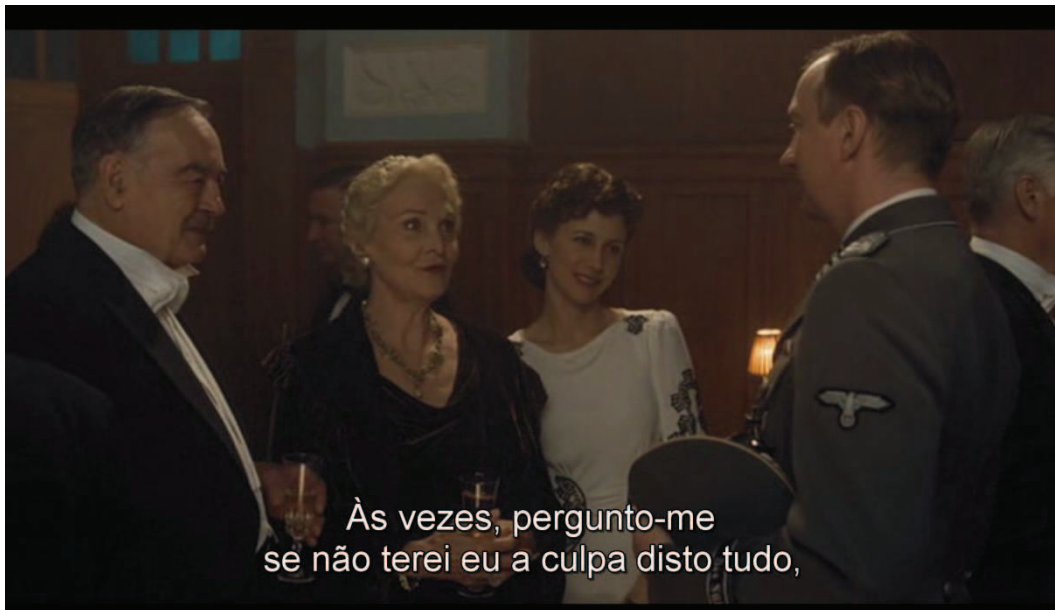
# Anexos

Nome(s): _____ _____ _____
Ano/Turma: _____ Data: __/__/_____ Educação Moral e Religiosa Católica

## Grupo A

**Contextualização:** Na festa de despedida do pai do Bruno conversam sobre a sua nomeação como chefe de campo de concentração.

**Questão:** A que culpa se refere a avó do Bruno?



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Ordena as partes das frases seguintes:

1. Porém, a sua atitude
2. O samaritano podia
3. marcou a diferença.
4. pelo ódio entre os dois povos.
5. ter-se deixado conduzir

---

---

---

---

---

Nome(s): \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Ano/Turma: \_\_\_\_\_ Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_\_ Educação Moral e Religiosa Católica

## Grupo B

**Contextualização:** Um tenente dirige-se a Pavel, de forma autoritária e humilhante, dando-lhe uma ordem.

**Questão:** De que forma o tenente atentou contra o respeito pela pessoa humana?



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Ordena as partes das frases seguintes:

1. qualquer espécie de limite,
2. porque todas são portadoras
3. O amor não tem
4. é universal e estende-se a todas as pessoas,
5. da mesma dignidade.

---

---

---

---

---

ANEXO 2

ANEXO 3

Nome(s): _____ _____ _____
Ano/Turma: _____ Data: ___/___/_____ Educação Moral e Religiosa Católica

## Grupo C

**Contextualização:** Bruno cai de um baloiço e é assistido por Pavel.

**Questão:** Apesar da situação a que Pavel está sujeito, este ajuda Bruno, filho de um responsável pela perseguição a que foi sujeito. Comenta esta atitude no âmbito da dignidade humana.



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Ordena as partes das frases seguintes:

1. é sinónimo de disponibilidade para ajudar
2. O amor ao próximo
3. da mesma etnia ou de qualquer outra.
4. seja amiga ou inimiga, conhecida ou desconhecida,
5. qualquer pessoa que precise,

---

---

---

---

---